



Sociedade, política e cultura na cidade do Rio Grande

**DEROCINA CAMPOS SOSA
FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)
JUSSEMAR WEISS GONÇALVES
LÊNIN PEREIRA LANDGRAF**

79



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uaib.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Sociedade, política e cultura na cidade do Rio Grande



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Derocina Alves Campos Sosa
Francisco das Neves Alves (org.)
Jussemar Weiss Gonçalves
Lênin Pereira Landgraf

Sociedade, política e cultura na cidade do Rio Grande



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2024

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Sociedade, política e cultura na cidade do Rio Grande
- Organizador: Francisco das Neves Alves
- Autores dos capítulos: Derocina Alves Campos Sosa, Francisco das Neves Alves; Jussemar Weiss Gonçalves e Lênin Pereira Landgraf
- Coleção Rio-Grandense, 79
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Setembro de 2024

ISBN – 978-65-5306-008-1

CAPA: Vista do Porto do Rio Grande de Francis Richard

SUMÁRIO

**O Estado Novo (1937-1945) nas páginas do jornal
Rio Grande / 11**

Derocina Alves Campos Sosa

**A personalização do bicentenário da fundação da
cidade do Rio Grande / 27**

Francisco das Neves Alves

Rio Grande: uma cidade, várias cidades / 69

Jussemar Weiss Gonçalves

**O contexto político-trabalhista na primeira metade
do século XX em Rio Grande e o massacre da
Linha do Parque / 83**

Lênin Pereira Landgraf

O Estado Novo (1937-1945) nas páginas do jornal *Rio Grande*

Derocina Alves Campos Sosa *

1 - O contexto que antecedeu os fatos

Apresentamos aqui uma possibilidade de reconhecer a imprensa e notadamente o jornal em tela como uma das fontes históricas privilegiadas, porque foi escrito durante aquele período que envolveu o antes, o durante e o depois da implantação do golpe do estado Novo. Para isso nos debruçamos sobre um jornal da cidade do Rio Grande que nasceu no início do século XX e que representava o pensamento de uma época histórica carregada de nuances em relação a construção e manutenção do poder por parte dos governantes.

Assim, esse texto dialoga e interage com uma linha de pesquisa que privilegia, sobretudo, a História local e regional e suas oscilações frente ao contexto nacional e consequentemente mundial. Concentramos, dessa forma, nossa análise no ano de 1937 e no jornal *Rio Grande*. Para o entendimento desse momento da História do Brasil, torna-se necessário que historiemos um pouco os acontecimentos da década de 30 até o seu desfecho em 1937.

* Professora da FURG. Doutora em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela PUC/RS.

A virada para a década de 1930 ficou marcada por muitas divergências entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, o que acabou por enfraquecer a política do café-com-leite, já que a aliança estabelecida desde o início da República Velha que já tinha sofrido algumas fraturas como em 1910 quando São Paulo e Minas Gerais se colocaram em lados opostos, persistiu também em 1918 e 1922 pelas disputas sobre qual dos dois estados iria indicar o candidato a presidente nas eleições seguintes.

Quando eclodiu o movimento de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, foi, com o apoio de Minas Gerais em detrimento de São Paulo, que havia indicado o candidato vitorioso, Júlio Prestes naquelas eleições. Uma insurreição liderada pelo RS com o apoio de Minas Gerais e também da Paraíba, cujo candidato a vice-presidente na chapa liderada por Getúlio Vargas foi assassinado, serviu de estopim para que o movimento começasse. O candidato à vice-presidente era João Pessoa, seu assassinato não teve relação com a disputa ocorrida antes, em âmbito nacional, mas o motivo do assassinato foi colocado e explorado ao máximo pelos defensores da tomada pelo poder à força e, foi o que aconteceu na sequência. Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930.

Vargas que fora presidente como eram chamados os governantes estaduais durante a República Velha, chegou ao centro do poder e de 1930 a 1932 dirigiu o país com forte oposição, principalmente de São Paulo, que desejava a reconstitucionalização imediata. São Paulo acabou por fazer a Chamada Revolução Constitucionalista de 1932 para forçar o governo federal a promover a pronta reconstitucionalização, chamando

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

uma constituinte. Apesar de derrotados pelo poder federal e posteriormente anistiados, os revoltosos conseguiram seu intento, A constituinte foi instalada em 1933 e a constituição liberal de 1934 foi promulgada. O liberalismo¹ ou o que existiu dele no Brasil àquela época foi, no entanto, rapidamente suplantado pelo poder do Estado de viés autoritário.

A imprensa brasileira durante esse período passou a ser, então, o meio de expressão do descontentamento desses grupos opositores. Vargas, no entanto, mesmo sob forte oposição, manipulava um extremo contra o outro, isso foi gradativamente adensando nas ações do presidente um incremento em direção à centralização política que culminou com o cerceamento e fechamento das instituições e representações como o Congresso e os partidos.

Essas ações puderam ser implementadas, porque o contexto histórico foi favorável. Não nos esqueçamos da ascensão dos fascismos na Europa e da intensa mobilização dos partidos de esquerda no mundo e, notadamente no Brasil. A Aliança Nacional Libertadora em cujas fileiras estavam muitos membros do Partido Comunista promoveu um levante. Esse levante mesmo

¹ Contra esse liberalismo, a partir da década de 30, a política e a economia foram subordinadas ao Estado. No dizer de Carone, "Nacionalismo significa restrição à iniciativa estrangeira. Não havendo tradição anti-imperialista nas camadas dirigentes (...)o movimento é mais pragmático que ideológico. No entanto, sendo representativo de uma tendência geral, o fato se traduz numa ameaça ao capitalismo estrangeiro e representa barragem à sua maior expansão" (Carone, 1977, p.72).

derrotado pelo governo, foi amplamente explorado, já que o temido “perigo comunista” serviu para inculcar nas mentes de muitos brasileiros da época, que o governo agiu corretamente quando impôs a ditadura do Estado Novo.

Nesse ambiente no Brasil, começaram em 1936 os planos para a eleição presidencial que se realizaria em janeiro de 1938. Vargas havia sido eleito em 1934 e a Constituição impedia sua reeleição. No entanto, os desdobramentos seriam outros.

Em janeiro de 1937 apareceram dois candidatos, Armando de Salles Oliveira, governador de São Paulo, e José Américo de Almeida, político da Paraíba. Essa situação, no entanto, teve um outro desfecho. Getúlio Vargas articulou então, uma conspiração contra as duas candidaturas, pois, mesmo apoiando oficialmente José Américo, suas intenções eram claramente continuísta, como demonstram as intervenções nos Estados desde 1935 feitas por Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, dois militares fiéis ao governo e que foram figuras políticas marcantes daqueles anos.

O lento e contínuo preparo do golpe deu a Getúlio Vargas segurança e certeza dos seus resultados. Os boatos circulavam há meses, mas constatou-se o reforço do governo e tudo pareceu absolutamente seguro. A adesão do exército e das correntes políticas encaminhou a situação a favor do governo. As forças civis de Armando de Salles Oliveira e do próprio José Américo forçam a realidade eleitoral. Acreditavam e, faziam todos acreditar que as eleições de 3 de janeiro de 1938 se realizariam.

Um fator importante para que as coisas se acelerassem em direção ao golpe foi a queda de Flores

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

da Cunha que era o governador do RS em outubro de 1937, antes aliado de Vargas, mas que se colocou em oposição a esse. Flores que havia criado um partido, o PRL, opositor ao governo federal teve consciência das reais intenções de Vargas que caminhava a passos largos em direção ao fechamento político. Flores da Cunha acabou destituído e exilado no Uruguai.

Na sequência o pedido do novo estado de sítio, também de outubro, e baseado num documento falso - o Plano Cohen² - mostra a precipitação que o governo deu aos acontecimentos (Carone, 1977, p.254).

Diante desse cenário, o golpe pareceu inevitável, e as poucas resistências que sofreu reforçaram sua base autoritária e centralizadora.

O golpe então ocorreu e o chamado Estado Novo mergulhou o Brasil em uma ditadura que perdurou até 1945. A constituição de 1937 foi então outorgada com um texto escrito pelo jurista Francisco Campos que dava amplos poderes ao presidente Vargas.

Para que tenhamos clareza do conteúdo da carta podemos ler no seu preâmbulo o seguinte texto:

Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente

² O Plano Cohen foi uma suposta tentativa de tomada do poder por parte dos comunistas, em 1937. Ele foi denunciado por Vargas pela rádio e foi utilizado como justificativa para o golpe de Estado que instalou a ditadura do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Anos depois, comprovou-se a falsidade do plano e que sua real intenção era servir de justificativa para Getúlio Vargas instalar uma ditadura no Brasil. sobre o plano cohen cf. Silva, Hélio. *A ameaça vermelha - o Plano Cohen*. São Paulo: Editora L&PM, 1980.

perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil; Atendendo ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente; Atendendo a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo; Sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas; Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País. (trecho da Constituição de 1937)

A Constituição de 1937 também chamada de “polaca” porque seu texto teve forte influência da Constituição polonesa destacava muito fortemente o que

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

seus defensores chamavam de “perigo comunista”³ para legitimar a ditadura que se impôs a partir de então. A imprensa, notadamente os jornais iriam reverberar esse conteúdo, uns por alinhamento ideológico, outros por necessidade de sobrevivência. Aqueles que se colocaram contra foram perseguidos e extintos.

2 - O jornal *Rio Grande* diante dos fatos

O jornal *Rio Grande* demonstrou ao longo de seus artigos, no ano de 1937, essa clara tendência contrária ao governo e suas intenções, mas colocou-se imediatamente favorável ao regime de exceção em novembro do mesmo ano.

Assim, reproduziu no dia 4 de janeiro de 1937 um artigo o jornal porto alegreense *A Federação*, intitulado “*O Brasil continuará*”, onde fica evidenciada a sua adesão ao candidato Armando de Salles Oliveira que fazia oposição ao governo federal.

Podemos ler no jornal o seguinte texto:

Atendendo ao apelo formulado pelo diretório central do Partido Constitucionalista, o Sr. Armando de Salles Oliveira acaba de renunciar ao Governo de São Paulo. Está assim praticamente aberta a campanha para a futura sucessão à presidência da República. De nada

³ Sobre esse “perigo”, Vargas incentivou essa imagem, ao libertar um grupo de prisioneiros políticos de esquerda em junho de 1937, dramatizando com isso a “ameaça” da esquerda às classes médias (Skidmore, 1982, p.46).

valeram, sem dúvida, as manobras e despistamentos contemporizadores que procuraram afastar para além de 3 de janeiro o início do movimento que São Paulo, com a autoridade que ninguém lhe pode negar, inaugura brilhantemente dentro de mais absoluta elegância política e do mais perfeito espírito democrático (Rio Grande, 4jan. 1937).

A candidatura José Américo, que tentou mobilizar os eleitores da classe média, argumentando que somente o exercício eleitoral poderia garantir-lhes direitos sociais e econômicos, foi assim noticiada pelo jornal, sem maiores comentários, já antecipando uma clara antipatia pelo ex ministro de Getúlio Vargas. O jornal assim escreveu sobre José Américo: "*a Convenção Nacional reunida ontem, proclamou candidato à presidência da República, o sr. José Américo, ex ministro da Viação. O candidato foi saudado pelo Sr. João Neves, representante da Frente Única*" (Rio Grande, 26 de maio 1937).

O Rio Grande do Sul, sob o governo do general Flores da Cunha, manteve uma posição favorável ao candidato paulista, caracterizando dessa forma a luta política aberta contra o candidato de Getúlio Vargas. Alguns jornais do estado, entre eles, o *Rio Grande*, acompanharam essa tendência.

Voltando à figura do general Flores da Cunha, ele já havia se indisposto com o governo federal já desde a Revolução de 1932 e consolidou sua oposição em 1935 quando foi imposta pelo governo a Lei de Segurança Nacional, embasada na retórica da defesa da ordem dentro do país.

O jornal *Rio Grande*, como órgão de seu partido, o PRL, posicionou-se claramente contrário ao governo

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

federal e seus planos centralizadores. A seguir, alguns trechos de artigos do jornal demonstram essa posição, um de março de 1937 e outro datado de agosto de 1937. No primeiro, podemos ler: "*Vae haver successão, a nação exige que haja successão-todos podem continuar a labutar tranquillamente, pois o Estado está apto a garantir a ordem*" (palavras do General Flores da Cunha- Rio Grande, 2 mar. 1937), já no segundo assim se posicionou o jornal: "*Se o Brasil está ameaçado, preservemos o Estado que primeiro nos defenderá*" (Rio Grande, 19 ago.1937).

O jornal publicou, ainda, uma reportagem do jornal *O Globo* também em agosto de 1937 com o seguinte teor:

(...) o general Flores da Cunha, em termos de extrema concisão e claresa, não se divorciou felizmente da verdade constitucional, nem da realidade política, já enjeitando a tese, que com propriedade de expressão batisou de malevola, já recordando não se tratar no fundo si não de um pretexto do governo federal para perturbar a opinião pública e ameaçar a autonomia daquelle Estado (Rio Grande, 19 de agosto de 1937).

Nessa mesma época e dentro dessa linha, a imprensa local publicou vários artigos contrários às intervenções no Distrito Federal, Pernambuco e Bahia, todas essas intervenções feitas pelo general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, que fortalecia ainda mais a política de Getúlio.

Ainda diante desse clima, à altura de setembro de 1937, os comandantes militares haviam conseguido isolar a oposição nos estados principais. Minas Gerais, que em abril do mesmo ano tinha firmado um pacto de defesa mútua com o Rio Grande do Sul e Bahia, tornou-

se cautelosa. São Paulo, tendo fornecido o principal candidato de oposição, ficou também temeroso de uma ligação mais estreita com o Rio Grande do Sul, cuja "traição" em 1932, quando o RS recuou no apoio ao movimento paulista, havia deixado os mesmos paulistas sem esse importante apoio perante as tropas federais.

Como já destacado anteriormente e reiterado aqui, o último obstáculo a ser retirado em direção à centralização definitiva e aos projetos continuístas do presidente foi o general Flores da Cunha, contra o qual a oposição já havia iniciado um processo de impeachment. A 14 de outubro, a polícia rio-grandense foi federalizada, ou seja, passou para o controle do governo federal (o gesto foi significativo, pois esta representava o último bastião do poder de Flores da Cunha no Rio Grande do Sul). O exílio de Flores da Cunha privou Armando de Salles de seu maior aliado contra o golpe de Vargas.

Finalmente, com todo o cenário pronto, a 10 de novembro de 1937 Vargas implantou o Estado Novo, com o argumento do "perigo comunista", amplamente explorado, forjando que esse chamado "perigo comunista" ameaçava o país.

As imprensas nacional e local, perante essa manobra política, se veem obrigadas a assumir uma outra postura, que ficou evidenciada nas palavras de uma das maiores figuras da época, Assis Chateaubriand, que antes do golpe publicou vários artigos contrários ao governo federal, em defesa do governo do Rio Grande do Sul, e que após o golpe abriu e dedicou espaços exclusivos nos seus jornais para a divulgação do governo, como na sua posição reproduzida a seguir: *"os homens públicos passam mas os jornais são permanentes. Nós vamos ter que atravessar esse túnel juntos. Vamos ter que*

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

apoiar o Estado Novo para que os nossos jornais possam sobreviver" (Chateaubriand, in Torres, 1997 p.63).

E é a partir dessa perspectiva que a imprensa local passou a adotar também uma nova postura política, como fica claro no seguinte artigo:

para reenquadrar a estrutura jurídica do estado no panorama ethaico da Nação e na fisionomia geographica da Patria, a Constituição federal de 10de novembro renovou a antiga e fecunda função dos Municípios, como células, que sempre foram do organismo nacional, adaptando-os inteligentemente, às necessidades da época em face da realidade brasileira, isto é, garantindo-lhes a autonomia política e obrigando-os ao mesmo tempo a uma subordinação technica (*Rio Grande*, 1 de dezembro de 1937).

Um outro artigo extremamente favorável ao Estado Novo foi publicado pelo jornal, transcrevendo parte das palavras do arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker. Nele podemos ler:

Pois bem! Deus, pela sua providencia, guia os povos, ora castigando, ora premiando, inspirou o sr. Presidennte da República a resolução de assumir uma attitude desassombrada e decisiva, conforme as circunstancias o exigiam. E, segundo o exemplo de Alexandre Magno, cortou com golpe certoiro sem aplicação de paliativos esse nó górdio, em benefício da civilização cristã do Brasil (*Rio Grande*, 11dez. 1937).

Assim, o jornal, que antes colocava-se contrário aos projetos centralizadores de Getúlio Vargas, tomou

depois, atitudes favoráveis ao presidente logo após este implantar o golpe, ficando evidente dessa forma o discurso do jornal a favor do situacionismo. Mesmo sendo um órgão de imprensa ligado ao partido de Flores da Cunha, o PRL (alguns elementos já haviam rompido com o governador do Estado), articulou-se com o poder central, mostrando isso sim que a necessidade de sobrevivência jornalística imperou sobre quaisquer posicionamentos políticos anteriormente defendidos.

O artigo, assim, procurou mostrar um discurso que à sombra dos acontecimentos e à luz da análise histórica deixava antever já o alinhamento da imprensa local e nacional ao projeto varguista, que dedicou aos meios de comunicação as maiores atenções no sentido de fazê-los reproduzir suas ideias autoritárias e cultivar o personalismo em torno de si.

Apesar de algumas resistências persistirem durante o regime, a maioria "aderiu" ao golpe por questões de sobrevivência. O regime foi constantemente defendido pela imprensa. Ao mesmo tempo foram nomeados censores para cada jornal e em caso de julgamento, o Conselho Nacional de Imprensa (composto de seis membros, destes, três indicados pelo presidente da República) decidia sobre as acusações. Em cada Estado, foi formado o DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda), com as mesmas funções do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que veiculava a propaganda do governo e controlava a imprensa para que essa apenas reproduzisse aquilo que fosse favorável ao regime.

Assim, o controle à imprensa foi total, tornando-se, portanto, difícil qualquer forma de oposição ao

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Estado que passou, dessa forma, a imiscuir-se em todos os setores da vida social.

Ao falar do DIP, Carone lhe atribuiu eficiência em parte pelo resultado do poder de seu diretor Lourival Fontes. Diz ainda que o poder de falar sozinho, de ser o único porta-voz, deu inteira liberdade de ação ao governo, o que o tornou praticamente único a se expressar publicamente durante o Estado Novo. Segundo Carone:

Sem oposição (...)o governo usa de todos os meios para impor sua imagem. Durante o Estado Novo, a censura dos jornais é total, não se vislumbrando o mínimo sinal de notícias contrárias ou de subentendidos que possam sugerir ideias ou fatos contrários ao governo" (Carone, 1977, p.170).

Em que pesem todas as críticas ao alinhamento do jornal *Rio Grande* como de outros jornais ao governo Vargas e ao projeto instituído pelo estado Novo, fato é que o pragmatismo muitas vezes se sobrepôs ao que pensavam seus editores e articulistas. Sua sobrevivência em um contexto ditatorial ditou o tom dos textos de quem precisou sobreviver naquela época.

Conforme foi se aproximando o fim do Estado Novo com a oposição a Vargas se intensificando, principalmente quando a sociedade começou a enxergar a contradição de um país que se colocou ao lado dos aliados na 2ª Guerra Mundial e na defesa dos ideais democráticos, como fez o Brasil e, ao mesmo tempo convivia com um regime ditatorial internamente. Assim, em outro contexto, o jornal *Rio Grande* então, foi assumindo outros posicionamentos.

Conclusões

A apreciação dos acontecimentos destacados acima remete-nos a questionamentos tais como: em que medida a imprensa tinha liberdade de expressão? Ou ainda, o jornal local teve expressão própria ou apenas reproduziu interesses ligados ao centro do poder decisório? Partindo de uma percepção historiográfica, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que organizava a publicidade governamental, censurava livros, publicações e diversões públicas, foi o responsável por esse cerceamento das liberdades de imprensa.

Por outro lado, os jornais, responsáveis em parte pela formação das opiniões, cedendo a tais pressões acabavam formando no senso comum ideias favoráveis ou contrárias aos acontecimentos (Lopez,1997,p.92). No caso específico, o jornal *Rio Grande* acabou também não fugindo à regra geral, ou seja, acatou de forma explícita o golpe e seus desdobramentos.

De acordo com Elza Nadai, *"o Estado Novo forneceu aos diversos setores da sociedade a imagem de plena harmonia entre o povo e o governo e entre as diferentes classes sociais, isso porque sua instalação havia se justificado pela unidade nacional, compreendida como a fraternidade de todos os que queriam o bem da Pátria"* (Nadai, 1995,p.33).

Os meios de comunicação, então, foram cooptados no sentido de veicular a propaganda governamental sob violenta censura, cujos resquícios ainda hoje se vê com programas como “a Voz do Brasil”

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

(programa radiofônico criado àquela época e que continua até hoje).

O Estado Novo respondeu assim aos interesses das elites, que a partir da falência do liberalismo compactuaram como projeto de Getúlio Vargas, que instituiu um regime burocrático-repressivo que realizou uma modernização conservadora, de cima para baixo, sem modificar o status quo dessa mesma elite.

A imprensa, por vezes compactuou e por outras vezes fez oposição ao regime que durou oito anos e que culminou com a renúncia de Getúlio Vargas em 1945.

Bibliografia

BAKOS, Margaret. Flores da Cunha e sua época. Estudos Ibero-Americanos, 1980.

CARONE, Edgard. Brasil, anos de crise 1930-1945. São Paulo: Ática, 1991.

_____. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo: Difel, 1977.

CAMPOS, Derocina Alves. Flores da Cunha x Getúlio Vargas: da união ao rompimento. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1995

FERNANDES, Cláudio. A Constituição de 1937; Brasil Escola. Disponível em

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/constituicao-1937.htm>. Acesso em 14 de janeiro de 2024.

LEVINE, Robert. O regime de Vargas: os anos críticos 1934-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil, trajetória e perspectivas. São Paulo: Editora da USP, 1995.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. Campus :1982.

SILVA, Hélio. A ameaça vermelha- o plano cohen. São Paulo: Editora L&PM, 1980.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TORRES, Andréia. Imprensa e Estado Novo: do discurso nacionalista ao discurso democrático. In: ALVES, Francisco das Neves, TORRES, Luiz Henrique. Imprensa e História. Porto Alegre: APGH/PUCRS, 1997.

Site consultado

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm

A personalização do bicentenário da fundação da cidade do Rio Grande

Francisco das Neves Alves^{*}

Os anos 1930 foram marcados por profundas transformações na cidade do Rio Grande, notadamente no ambiente urbano do centro citadino. Aconteceram múltiplas reformas, a principal das quais vinculada à reordenação do logradouro público tradicional da urbe que, reformulado passou a denominar-se Praça Xavier Ferreira, a qual demarcava um dos pontos mais centrais e frequentados pelos rio-grandinos. No mesmo período, o prédio da Biblioteca Rio-Grandense, mais antiga do seu gênero no âmbito gaúcho, também passou por grande reforma, ampliando suas dependências de modo

^{*} Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

a comportar mais adequadamente seu precioso acervo e melhor atender o seu público. Por outro lado, a Igreja Matriz de São Pedro esteve muito próxima de ser derrubada para, em nome do progresso, ser edificado um novo templo, mais portentoso e sofisticado. Em meio à resistência estabelecida contra tal atitude, liderada por alguns intelectuais, o derruir da igreja não foi levado em frente e, pelo contrário, viria a mesma a ser tombada e garantida em suas estruturas como patrimônio histórico-cultural nacional. Todas essas mudanças vinham ao encontro de dar um caráter de “cartão-postal” à cidade portuária, que vinha passando por evoluções econômicas e demográficas, as quais, segundo o pensamento de então, deveriam ser demonstradas a partir de tal “aformoseamento urbano”, para usar um termo muito usual à época.

Também na década de 1930 outros processos históricos viriam a contribuir com a ebulição sociocultural pela qual passava o Rio Grande. Um deles foi a efeméride em torno do centenário à elevação da localidade à condição de cidade, comemorada em 1935. Mas a mais relevante dessas datas comemorativas foi a do bicentenário da fundação da cidade do Rio Grande, em 1937, momento em que ocorreu uma intensa mobilização da comunidade em torno de exaltar/rememorar o passado. Nesse ano, a urbe marítima transformou-se praticamente no centro histórico sul-rio-grandense, havendo inclusive o deslocamento para tal localidade de representação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, visando a fazer frente aos atos celebrativos.

As datas históricas podem ser entendidas como formas de registros do tempo que se ligam à memória

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

dos indivíduos e das sociedades, tornando-se marcos referenciais. Tais datas assinalam acontecimentos variados e, assim, podem determinar maneiras de promover a memória social, e, uma vez transformadas em comemorações, passam a ter poder, a ser referência. Elas atuam como marcos comemorativos, com a criação de rituais para que a sociedade se envolva e participe de maneira específica do processo de rememoração. Desse modo, as sociedades estabeleceram a partir dessas datas um referencial importante, utilizadas pelo poder, marcadas em pedras, placas de bronze, em documentos assinados e todos eles datados, de modo que passaram a ser transformadas em eventos. Tais efemérides tornam-se datas símbolos, assumindo uma função política essencial⁴.

Por ocasião das celebrações do bicentenário de sua fundação, ocorreram atividades múltiplas na cidade do Rio Grande, as quais gravitaram entre os atos meramente festivos, os artísticos, os culturais e os intelectuais. No seio de tais ações houve um processo bem demarcado de uma personalização da efeméride em torno da figura do fundador da localidade, o brigadeiro José da Silva Paes. Para os organizadores da celebração foi fundamental a criação de uma identidade para aquilo que estava sendo comemorado, uma vez que um episódio histórico é carregado de abstração, de modo que, dar-lhe uma feição, um rosto, ou ainda uma aura humana, servia para uma melhor compreensão daquilo que estava sendo festejado.

⁴ BITTENCOURT, Circe. Introdução. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *Dicionário de datas da História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 11-12.

Criou-se então em torno de Silva Paes um verdadeiro processo de heroização, pelo qual o personagem estaria a ultrapassar a humanidade, para ser elevado ao panteão daqueles que eram considerados como heróis. Em tais condições, criam-se narrações estruturadas simbolicamente, as quais se encontram vinculadas, não de forma analítica, mas emotiva, e relacionadas com determinadas situações reais e destinadas a instituir formas privilegiadas de ação, cuja “verdade” a própria narração fundamenta⁵. Desse modo, o fato básico que fornece o material para o interesse pelos heróis seria a indispensabilidade da liderança em toda vida social e em todas as formas de organização social. Esses supostos heróis surgem não somente como símbolos conspícuos do Estado, mas também na condição de centros de responsabilidade, decisão e ação, levando em conta uma penetrante influência da liderança na vida das populações⁶. Nesse quadro, a figura heroica torna-se um símbolo da coletividade, constituindo um valor intocável e ambíguo, de modo que se tornaria necessário preservá-la em nome da nacionalidade que simboliza e glorifica⁷.

As representações imagéticas foram estabelecidas em relação a José da Silva Paes para simbolizar o ato fundador que completava dois séculos, elevando-o ao

⁵ BONAZZI, Tiziano. Mito político. In: BOBBIO, Norberto et al (dir.). *Dicionário de Política*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p. 759.

⁶ HOOK, Sidney. *O herói na História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. p. 11-12.

⁷ MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1991. p. 12-13.

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

grau da heroicidade, trouxeram por intento a perspectiva de moldar uma aparência tangível para um ato já intangível, perdido na poeira do passado, de modo a agir junto à memória social. O atributo mais imediato da memória é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao tempo que muda, às rupturas que são o destino de toda vida humana. Em síntese, a memória é um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros⁸. Nessa linha, a própria memória coletiva, como designativa de caráter social da construção da memória humana, remete ao sentido da identidade de grupos⁹.

A partir da memória coletiva, o passado é lembrado e entendido em sua relação com a vida e a cultura¹⁰. O processo da memória no ser humano faz intervir não só na ordenação de vestígios, mas também na releitura desses vestígios¹¹, em uma constante busca de interação entre o passado e o presente, na qual as ações dos indivíduos daquele venham a fazer sentido

⁸ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 94-95.

⁹ DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória social. In: SILVA, Benedito (coord). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 740.

¹⁰ THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 78-79.

¹¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 424.

para este tempo. Constitui-se então um processo de constante busca de renovação e afirmação do passado, tendo em vista que a memória está sempre em evolução, permanecendo também sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, de modo que às vezes fica latente por longos períodos, depois desperta subitamente¹².

Assim, o episódio histórico fundacional citadino foi personificado a partir da imagem do engenheiro militar português que partiu para as terras sulinas no sentido de criar um povoado de salvaguarda em relação à Colônia do Sacramento, ponto fundamental para os interesses geopolíticos lusos na região platina. Nessa linha, ele representaria a conclusão de um projeto várias vezes oferecido à coroa lusitana no sentido de ocupar as terras sul-rio-grandenses, empreitada cujo ponto de partida seria o povoado criado no lugar aonde viria a ser a cidade do Rio Grande. Tal incorporação imagética em torno de Silva Paes constituiu a presença mais marcante nas comemorações realizadas naquele 1937, ano do bicentenário da fundação¹³.

Uma dessas presenças deu-se nas matérias especiais publicadas junto à imprensa rio-grandina, nas quais a representação iconográfica de Silva Paes foi uma constante. Nesse caso esteve o jornal *Rio Grande*, que

¹² NORA, Pierre, citado por: HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 13.

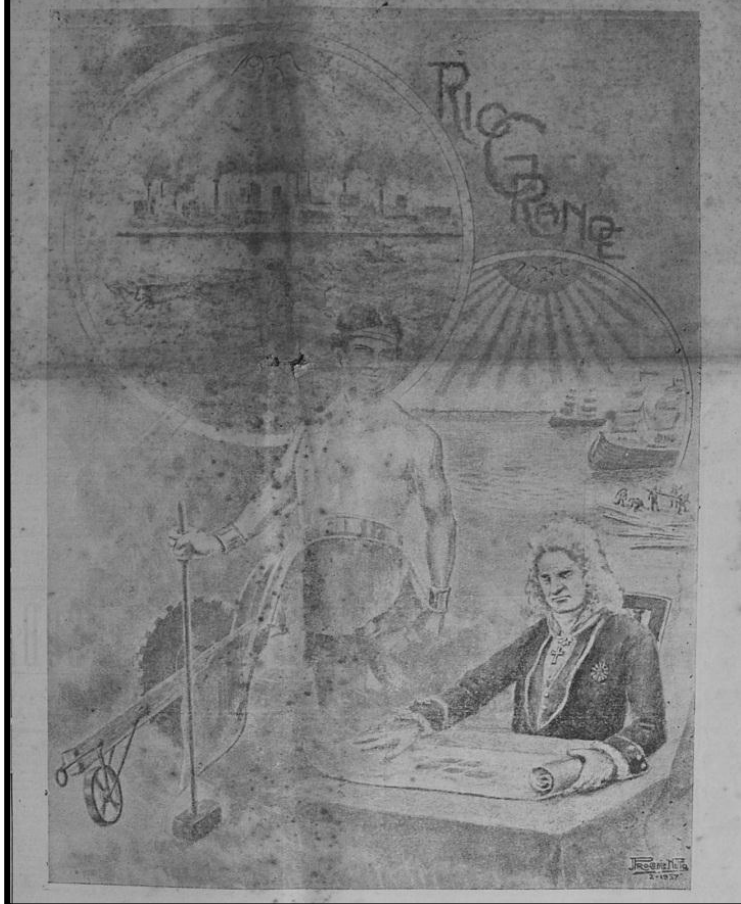
¹³ Texto adaptado a partir de ALVES, Francisco das Neves. *Ensaio acerca da incorporação da porção extremo-meridional da América Portuguesa no século XVIII – processo histórico e reminiscências*. Lisboa; Rio Grande: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII; Biblioteca Rio-Grandense, 2021.

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

trouxe Paes, sentado à mesa, estendendo um documento, em alusão ao planejamento de sua missão no Rio Grande. O fundador era ladeado por outra figura masculina, com instrumentos de trabalho, simbolizando a ação da população que contribuíra com a edificação da localidade. Ao fundo, surgia a representação do encontro do passado com o presente, ou seja, a chegada das naus portuguesas, em 1737, e os progressos citadinos, atingidos em 1937. A imagem de Silva Paes surgia também na divulgação do programa das festas concernentes às comemorações do bicentenário (RIO GRANDE. Rio Grande, 19 fev. 1937). As comemorações do bicentenário da fundação do Rio Grande ultrapassaram o local e chegaram ao regional e ao nacional, de modo que as reminiscências do século XVIII, em muito personalizadas na figura do fundador, José da Silva Paes, chegaram até mesmo na esfera federal, como foi o caso da confecção de um selo comemorativo à efeméride, o qual trazia a efígie do personagem em questão, ampliando a intenção de rememorar o 19 de fevereiro de 1737, por meio da imagem de Paes.

1737 - O presídio do Rio Grande de São Pedro levanta à face da grandeza oceânica do Atlântico a afirmação universal da sua eterna brasilidade.

1937 - A cidade do Rio Grande celebra, em dois séculos de fé, trabalho e bravura, a grandeza do Rio Grande do Sul pela glória eterna do Brasil.





O ápice da personalização iconográfica do bicentenário rio-grandino em torno de Silva Paes, embora ultrapassado o ano de 1937, ocorreria com a edificação de um monumento em homenagem ao fundador. Os monumentos estatúarios são erguidos em nome da recordação de personagens e/ou acontecimentos históricos junto à memória coletiva. O maior intento desse tipo de homenagem constitui a

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

perpetuação em pedra e/ou metal daquele ou daquilo que se deseja venerar. A ideia fundamental é a da rememoração histórica, de maneira que os denominados feitos do passado possam vir a inspirar as gerações futuras, normalmente através de exemplos de moral, civismo e/ou fé patriótica. A arte estatutária possui um sentido e um alcance tamanhos, os quais a transformam em um documento de extremo valor para a interpretação do passado¹⁴.

Tal representação artística tem, portanto, forte influência no processo de construção da memória, a qual, por sua vez, é constituída por acontecimentos vividos pessoalmente ou socialmente e pela presença de pessoas ou personagens pertencentes ao mesmo espaço-tempo ou conhecidas indiretamente e, por último, pelos lugares¹⁵. Dentre as tantas atividades propostas nas comemorações da passagem dos dois séculos de fundação do Rio Grande, uma delas foi a do erguimento de um monumento em homenagem a Silva Paes e ao ato fundador. Tal proposição de fevereiro de 1937 viria a ter a sua culminância em 1939, com a materialização da arte estatutária. O jornalismo citadino repercutiu a inauguração do monumento, bem como refletiu sobre o seu processo de criação.

¹⁴ DUBBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 136-137.

¹⁵ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 201-202.

O Tempo estampava um retrato do brigadeiro José da Silva Paes, apresentando-o como fundador do Presídio de São Pedro, apontado como origem do Estado do Rio Grande do Sul, explicitando que o “povo altivo” da cidade marítima, em um “preito de civismo”, imortalizara o nome do militar luso na “glória perpétua” do bronze e do granito, com o “soberbo monumento” que Carpinelli criara, para o “orgulho da gleba”, que avançava para o porvir, seguindo o seu “destino glorioso”. Aparecia também uma fotografia da maquete do monumento, considerado como uma “magnífica e impressionante concepção” do escultor¹⁶ (O TEMPO. Rio Grande, 5 mar. 1939).



¹⁶ O original da ilustração apresenta pouca qualidade.

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO
GRANDE



Sob o título “Mais uma obra de arte para o Rio Grande”, *O Tempo* noticiava a inauguração do “bronze magnífico” que viria a perpetuar a “memória gloriosa” do brigadeiro Silva Paes, identificado como fundador do

Rio Grande e patriarca do Rio Grande do Sul. A estátua era qualificada como uma “obra de arte admirável”, que serviria para tornar o Rio Grande a mais rica cidade em monumentos. O periódico descrevia os atos inaugurais, referindo-se à presença das autoridades e aos discursos proferidos e destacando que, junto ao público presente, o monumento causara “admirável impressão”, pela sua “beleza imponente”. Em conclusão, a folha dizia que a cidade portuária poderia apresentar, a partir de então mais uma “joia artística”, entre as muitas que já a ornavam (O TEMPO. Rio Grande, 5 mar. 1939).

Outro periódico rio-grandino, o *Rio Grande* apresentava a manchete “A gratidão de um povo expressa no bronze da tradição”, ao destacar que, satisfazendo a sua consciência e alegrando o seu coração, a cidade estaria a saldar a sua dívida para com José da Silva Paes, apontado como o fundador do Rio Grande do Sul. A reprodução fotográfica da maquete do monumento ilustrava a página¹⁷. A folha lembrava a efeméride do 19 de fevereiro, a qual deveria trazer consigo uma “homenagem altamente expressiva” em relação à “figura ciclópica” do brigadeiro Silva Paes, que viera para o sul do Brasil para realizar a povoação de feição militar, da qual resultara a “florescente cidade, boa e bela” do Rio Grande (RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939).

¹⁷ O original da ilustração apresenta pouca qualidade.

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE



Segundo a matéria do Rio Grande, o monumento em pauta tinha por intento homenagear aquela “figura primacial” da História do Rio Grande do Sul, pois a Paes era devida à fundação da terra gaúcha, com o ingresso do Estado sulino “no conjunto de todos os elementos

constitutivos da pátria brasileira". Era dada ênfase à "obra gigantesca", aos "dotes morais" e à "incomparável compreensão e observância do sentimento patriótico" do fundador, sendo-lhe dedicada a "mais sincera reverência à sua sagrada memória". Também ficava exalçada a "odisseia de trabalho e de dedicação", bem como os "dotes de inteligência, perseverança, patriotismo e amor" do "imortal Silva Paes", o qual estaria a merecer os aplausos das diversas gerações do pretérito, do presente e do futuro (RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939).

O tom laudatório quanto ao fundador era mantido, a partir da perspectiva de que ele teria transformado "herculeamente" a areia ardente e sáfara em "terra opima e fecundante", assim como mudara a solidão e o silêncio daquele extremo do país, na "vida tumultuosa e progressiva", que estaria a caracterizar a cidade do Rio Grande naquele final dos anos 1930. Na mesma linha, o jornal demarcava que a ação de Silva Paes também servira para trocar "a treva do nada pela luz forte do progresso". Dessa maneira, segundo o periódico, Paes teria aureolado "de imortalidade" e nimbado "de glória" o seu nome, dilatando a terra virente de Santa Cruz, impondo "potentemente à admiração do mundo inteiro a lindeza sem par do meritoso e incomparável Brasil". Em conclusão, a folha rio-grandina exortava pela "honra" à memória e "glória" à obra de Silva Paes (RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939).

A origem do projeto da edificação de um monumento a José da Silva Paes se dera ainda em fevereiro de 1937, por ocasião dos festejos do bicentenário da fundação do Rio Grande, quando foi

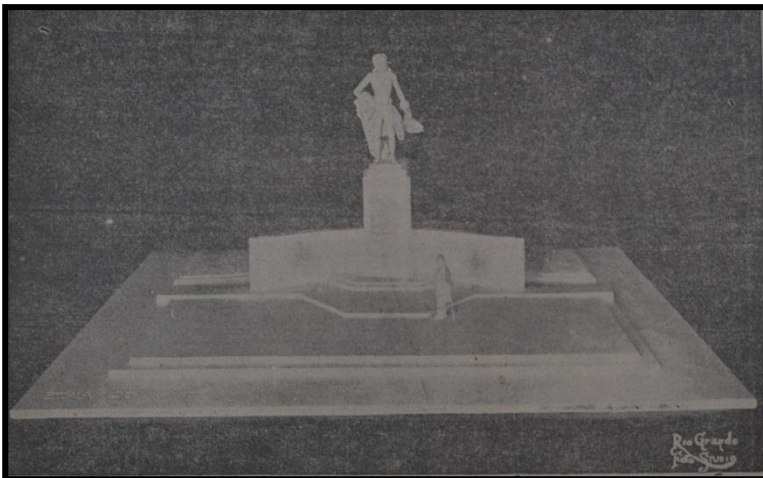
SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

lançada a pedra fundamental da obra monumental¹⁸. Para tanto, foi organizado um concurso lançado para

¹⁸ O jornal rio-grandino *A Luta*, de 23 de fevereiro de 1937, assim noticiava a colocação da pedra fundamental do monumento a Silva Paes: “Como se sabe, esta parte era o mais forte imperativo do bicentenário. Não se podia comemorar a chegada do emérito brigadeiro sem que se erguesse, na terra que ele visitou e defendeu a sua estátua imponente. Por ela se bateram diversos escritores e pelo seu levantamento muito trabalhou, sabemos, a denodada Comissão de Festejos da cidade. A pedra fundamental, na Praça Xavier Ferreira, parte fronteira à Prefeitura Municipal, foi assentada, solenemente, a 21 do corrente, domingo, às 18,30 horas, tendo a cerimônia reunido ali uma compacta e incalculável multidão. O ato teve, pela sua magnitude, uma significação alta, destacada, brilhantíssima e profunda, constituindo a cúspide do programa das comemorações. Por isso, na tarde domingo, ao local, no coração da cidade, ocorreu toda a multidão em festas, levando a sua homenagem de saudade ao imortal fundador do velho Presídio. O representante do Governo do Estado, Prefeito Municipal, membros do Instituto Histórico, comissão do Congresso de História e Geografia, autoridades militares, civis e eclesiásticas, comissões de instituições pias e associativas, cônsules, representações do comércio e indústria e enfim o povo, por todas as camadas, todos vieram assistir, no pagamento de uma grande dívida, ao lançamento da pedra fundamental da estátua do patriarca. (...) O ilustre orador produziu uma peça histórica eloquente emocionante e profunda, perfeitamente digna de sua erudição e do feito de Silva Paes. (...) A figura de Silva Paes, os seus feitos, a expressão modeladora da sua previdência, a sua visão de administração, o sentido moral da sua empresa, surpreendente e bela, tudo veio até nós, no relevo criador de uma palavra profética, como uma redenção e como uma apoteose”. Citado nos ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO

todo o Brasil, com a formação de uma comissão específica para julgar as propostas estatutárias apresentadas. Inscreveram-se oito concorrentes, dois de São Paulo, cinco de Porto Alegre e um do próprio Rio Grande. Dentre eles, os melhores colocados foram os escultores Antônio Caringi, Matteo Toniatti e Humberto Carpinelli, cabendo a vitória a este último. O vencedor teve o seu projeto avaliado como “soberbo conjunto”, tendo realizado o monumento, “em rigorosa obediência a todos os compromissos atinentes” às expectativas dos idealizadores da homenagem. Carpinelli nascera em São Paulo e dedicara-se desde cedo à arte estatutária. Autodidata, compartilhou experiências com “artistas famosos” e confabulou “com mestres”, além de promover significativa leitura, atingindo uma prática que o levaria a conquistar certo renome em seu meio. Na cidade do Rio Grande, além do monumento a Silva Paes, foi também autor da estátua que homenageou Marcílio Dias, militar rio-grandino morto durante a Guerra do Paraguaí (RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939).

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO
GRANDE



**Maquete do Monumento a Silva Paes apresentada pelo
escultor Antônio Caringi (RIO GRANDE, 19 fev. 1937)**



**Maquete do Monumento a Silva Paes apresentada pelo
escultor Matteo Tonietti (RIO GRANDE, 19 fev. 1937)**

A modelagem e execução da estátua foram executadas em São Paulo, sendo a fundição do bronze, considerada como “de uma nitidez e de um acabamento impecável, primando pela delicadeza das formas”. O bronze foi realizado pela Fundição Ângelo Ripamonti, de São Paulo, ao passo que a parte granítica, toda composta de pedra rósea, foi efetivada pela firma porto-alegrense Keller e Santos¹⁹. A composição do monumento foi concebida a partir de uma coluna de granito róseo, com 10 metros de altura, sobre sólida plataforma, enriquecida por original escadaria, em um dos ângulos, tudo apresentando “linhas modernas e apreciáveis”. O conjunto da obra de arte apresenta as dimensões de 7,50 metros de frente, por 6,50 metros de fundo (RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939).

Ao centro do monumento fica a “imponente figura” do brigadeiro José da Silva Paes, medindo 2,50 metros. O personagem retratado apresenta uma “compostura rigorosamente militar, de absoluto respeito”, reproduzindo “com inteira fidelidade” os registros iconográficos existentes acerca de Paes (RIO GRANDE, 1º mar. 1939). Na expressão estampada na estátua do fundador ficaria ressaltada “de forma prodigiosa, toda a força criadora da arte de Humberto Carpinelli”. Também chegou a ser considerado que, em tal imagem, “a alma artística do escultor se agiganta e se afirma de forma impressionante”, uma vez que, “nos mínimos detalhes”, o autor teria plasmado “com

¹⁹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, a. 19, 1º trim., 1939 p. 4.

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

maestria, uma mistura harmoniosa de beleza e realidade, de perfeição e elegância” e “de arte, expressão e vida”²⁰.

A parte lateral do monumento era descrita como marcada por um “formoso simbolismo” e uma “concepção de rara felicidade por parte de Carpinelli”, que poderia orgulhar-se do trabalho realizado. Tal grupo compõe-se de sete figuras de bronze, com dois metros de altura, cada uma delas carregando em si determinada simbologia (RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939). Em primeiro plano aparecem duas figuras, uma das quais recolhe armas caídas pelo chão, enquanto a outra levanta um marco no qual se vê gravada a data de 19 de fevereiro de 1737, em referência à Fundação. Já uma outra figura encontra-se tombada sobre a roda de um canhão, representando o “Sacrifício”, sendo a mesma amparada por outra que simboliza a “Fraternidade”. O conjunto é completo por mais três figuras, duas delas plantando uma bandeira, como alegoria à “Conquista”, enquanto a terceira aponta para o estandarte e com ela “cobrindo o herói numa configuração sublime” do “Patriotismo”²¹.

Na face superior da principal coluna de pedra do monumento, acima da figura central, está gravada em baixo-relevo, guarnecido de lâminas douradas, a inscrição “brigadeiro José da Silva Paes”. Já na parte lateral do bloco granitado aparece o brasão de armas do

²⁰ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, a. 19, 1º trim., 1939 p. 4-5.

²¹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, a. 19, 1º trim., 1939 p. 5.

militar homenageado, cujo desenho veio especialmente de Portugal, por solicitação da Biblioteca Rio-Grandense, de maneira que, a partir do rascunho enviado, foi feita a ampliação que serviu de modelo ao que figura no monumento²². A inclusão de tal brasão aparecia como um complemento do conjunto monumental e não figurara no projeto original. Ainda assim teria servido para “enriquecer a obra” e revelar, ao mesmo tempo, “o esmero, o capricho, a boa vontade, a solicitude, o desejo de agradar e o zelo profissional” do autor, o qual não teria medido sacrifícios, para desempenhar “de forma altamente elogiável a árdua incumbência” que lhe fora entregue (RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939).

Segundo a imprensa local da época da inauguração, o conjunto monumental viria a constituir “um dos mais flagrantes característicos da beleza material do Rio Grande”, bem como uma “expressão altamente aplaudível da elevação de sentimentos da população local” (RIO GRANDE, 1º mar. 1939). Considerava-se ainda que a concretização de tal projeto estatutário constituía “uma pública e eterna, indestrutível e expressiva homenagem de gratidão” ao “imortal” brigadeiro Silva Paes. O monumento era apontado também como um “espontâneo testemunho de reconhecimento ao serviço de incomparável relevância” promovido “por aquele sobranceiro vulto da História à formosa e hospitaleira terra brasileira” (RIO GRANDE, 3 mar. 1939).

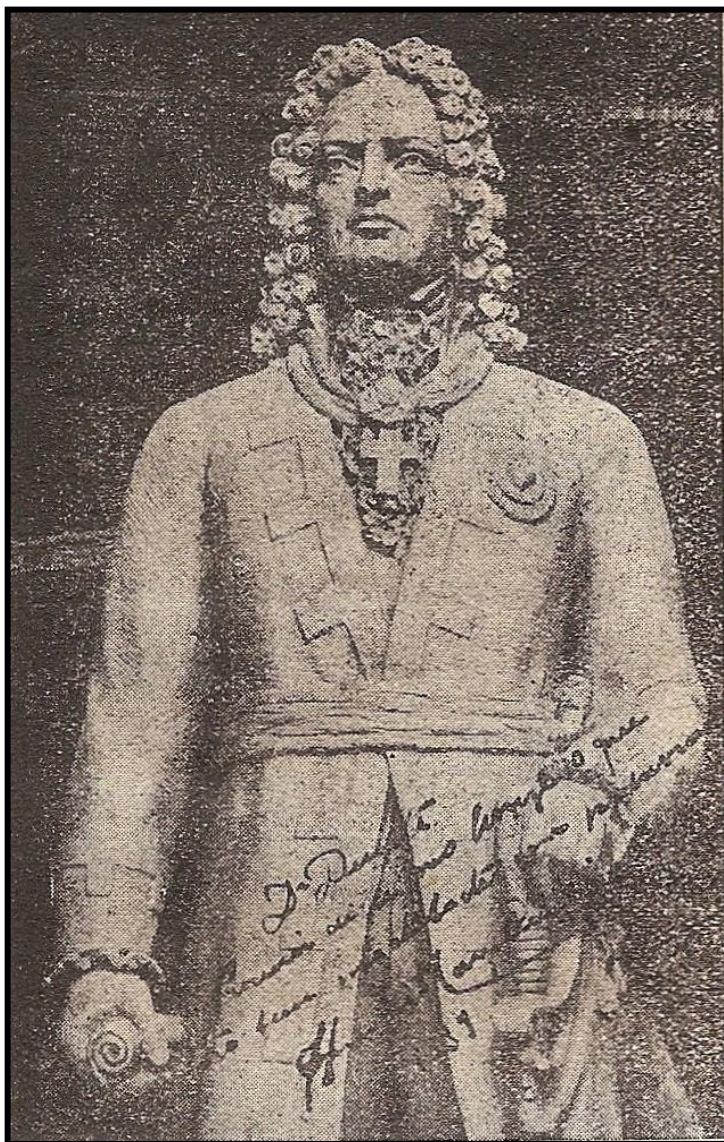
²² REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, a. 19, 1º trim., 1939 p. 5.

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

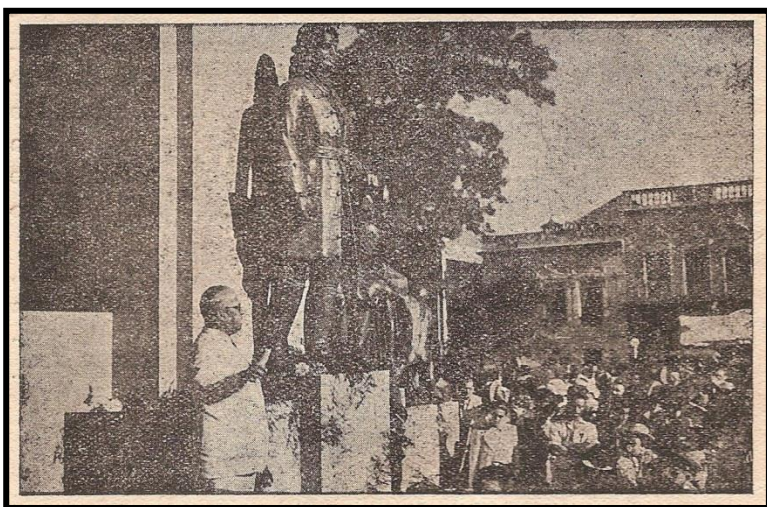
Além do jornalismo citadino, tal inauguração foi apresentada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, trazendo registros iconográficos da estátua do brigadeiro, do brasão de armas de José da Silva Paes e do pronunciamento de discurso do representante do próprio Instituto, proferido diante do público, por ocasião do ato inaugural²³. Também o escultor, Humberto Carpinelli, providenciou a realização de registros fotográficos acerca de todo o processo de construção do monumento, mostrando: os trabalhos em sua oficina, deixando-se autorretratar, assim como seus auxiliares; a maquete do monumento, vitorioso no concurso; as figuras simbólicas; e a estátua de Silva Paes, desde o molde original, até a edificação definitiva da obra²⁴.

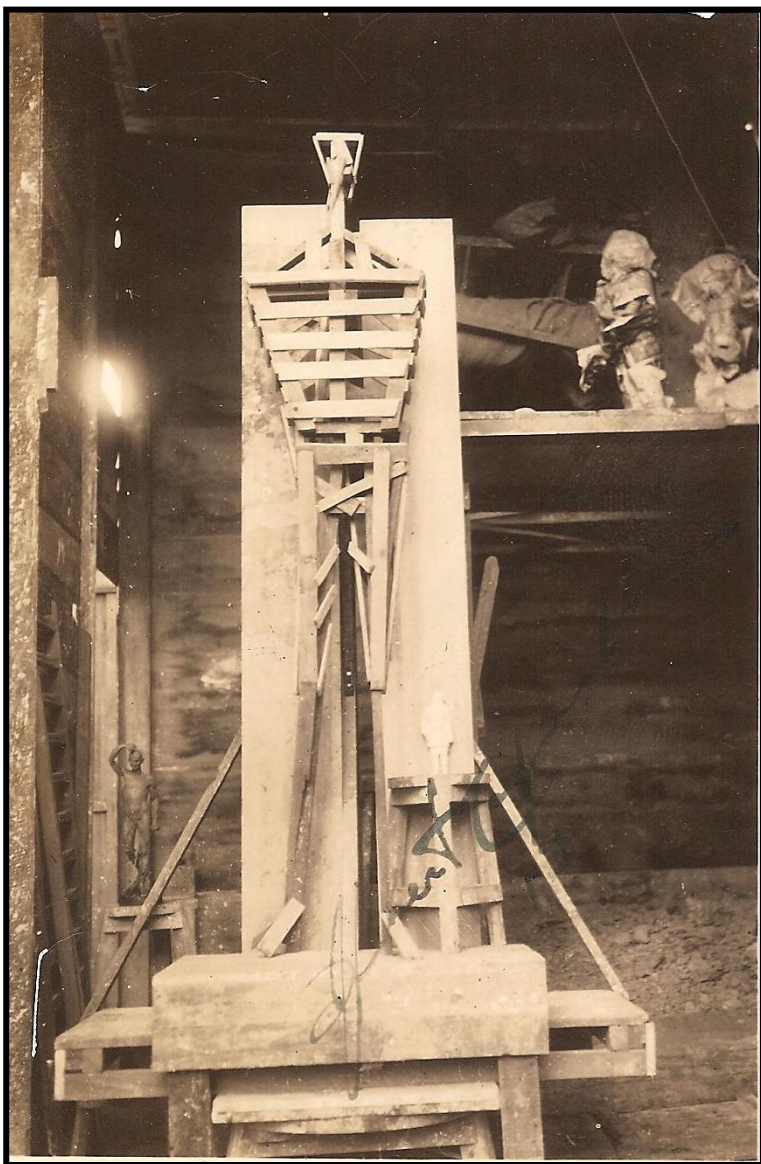
²³ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, a. 19, 1º trim., 1939 p. 6.

²⁴ As fotografias da edificação do monumento no ateliê de Humberto Carpinelli pertencem ao acervo da Biblioteca Rio-Grandense.



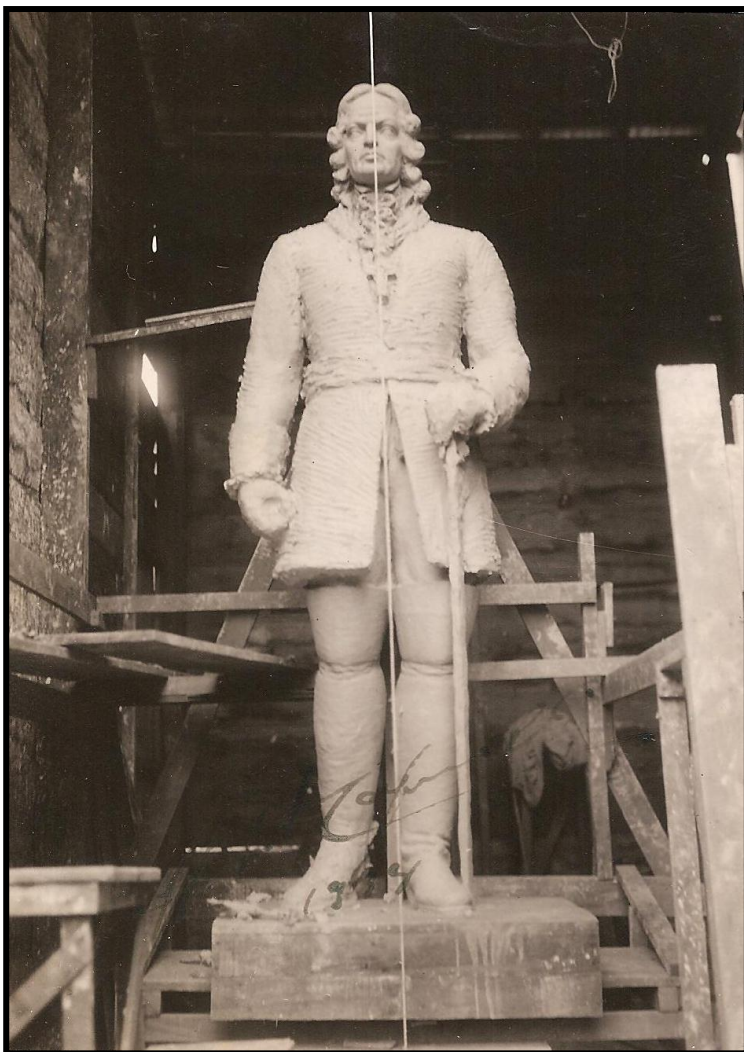
SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE





SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO
GRANDE

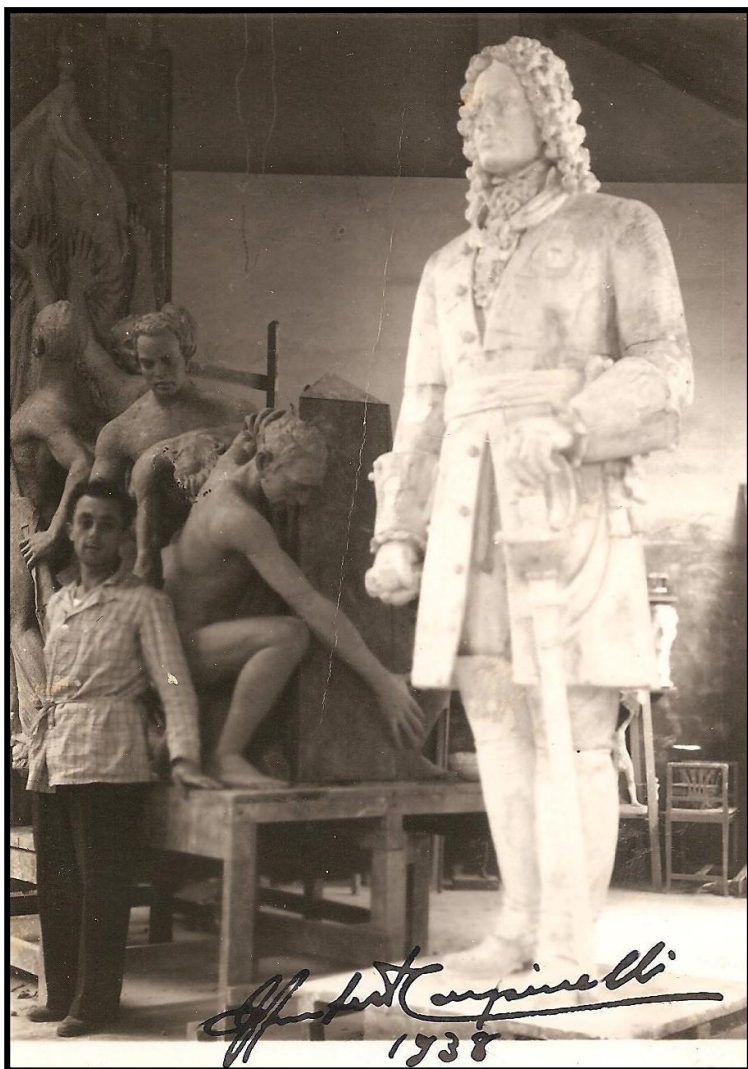




SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO
GRANDE



FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)



SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO
GRANDE

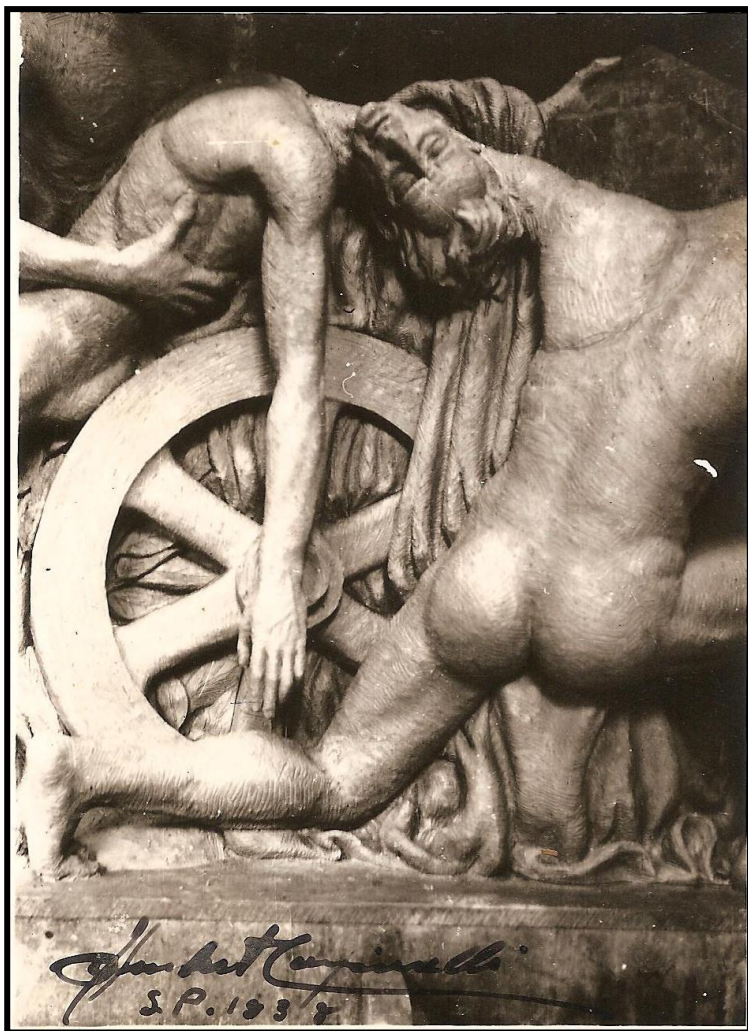




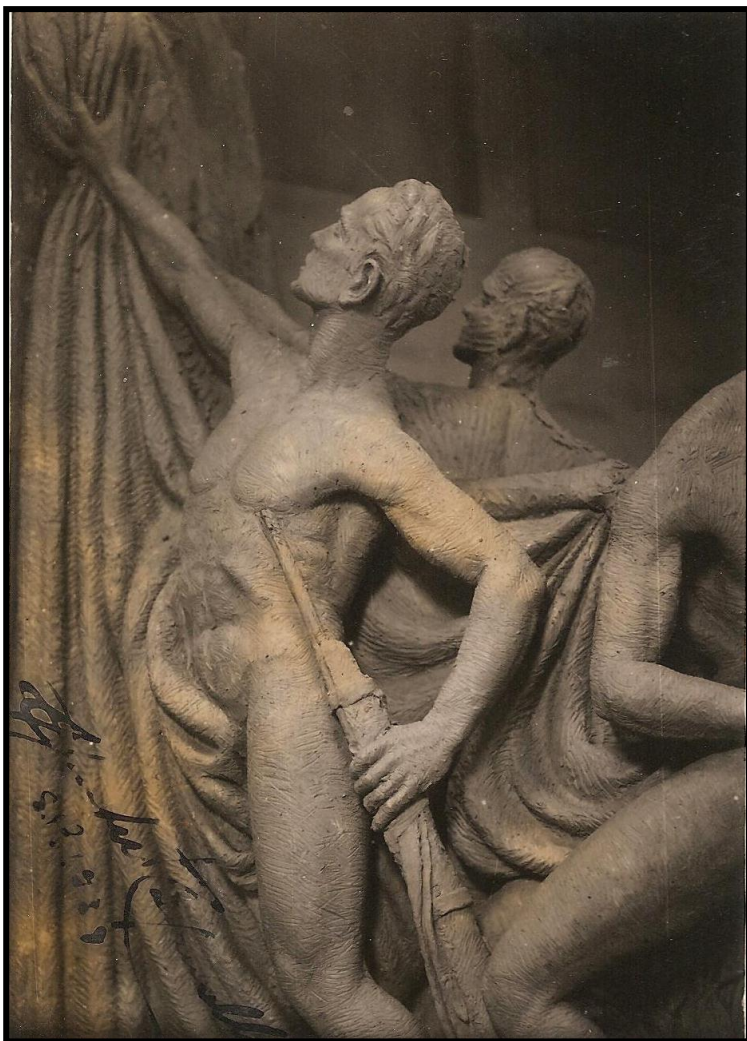
SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO
GRANDE



FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)

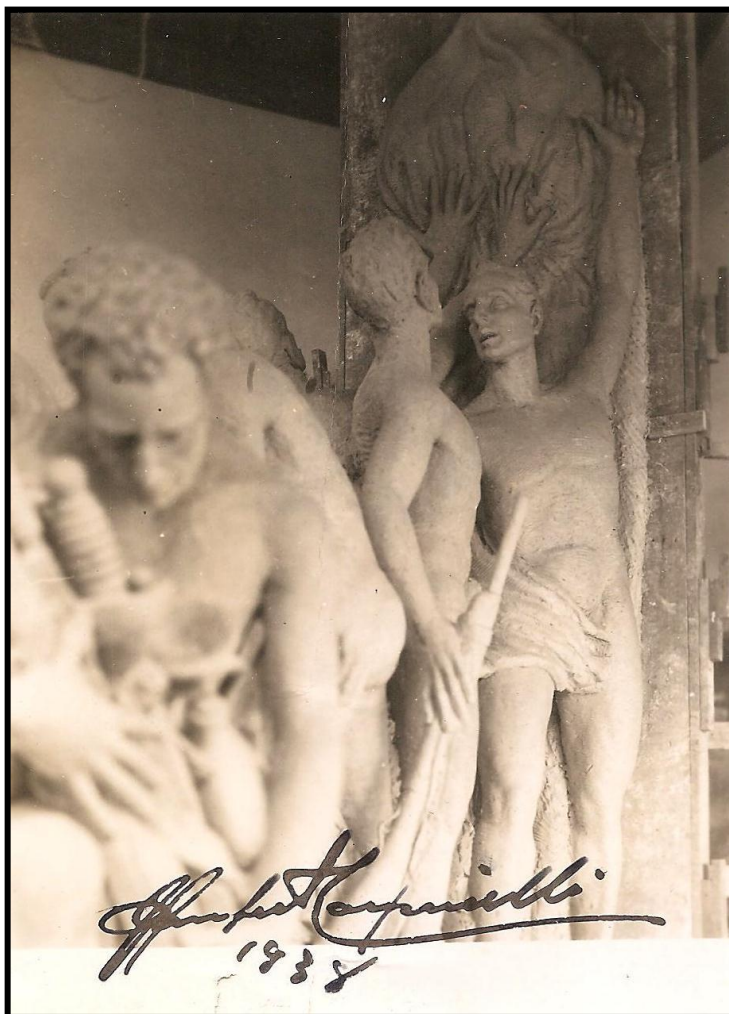


SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO
GRANDE





SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO
GRANDE





SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

A criação artística estatutária do monumento a Silva Paes caracteriza-se pela perspectiva da glorificação e heroicização do personagem em destaque. O militar, erigido à categoria de herói, tem o protagonismo na obra, mas, ao menos, também há a presença de outras figuras, que, apesar do menor destaque, representam os contingentes populacionais que igualmente se fizeram presentes no ato fundador. A imagem do brigadeiro aparece com os trajes de oficial militar e, à mão direita, leva um documento, cujo simbolismo refere-se à escrita nele gravada, ou seja, no caso, os planos para a edificação do Rio Grande. Além disso, Silva Paes apresentava pendores intelectuais, como engenheiro e até como homem de letras. Na outra mão, o fundador domina a espada, símbolo do estado militar e de sua virtude, a bravura, bem como de sua função, o poderio²⁵.

O ponto mais alto do monumento, que guarda as costas e contém o nome do homenageado, a coluna, constitui um elemento essencial, servindo como suporte e representando o eixo da construção. As colunas garantem a solidez quer seja ela arquitetural, social, pessoal²⁶, ou mesmo a estatutária. Já no que tange à escada, que liga o monumento ao chão, a ideia essencial que engloba está vinculada à ascensão, à gradação e à comunicação, em meio aos diversos níveis da verticalidade²⁷. Especificamente no que se refere à arte monumental que representou Silva Paes, a escadaria

²⁵ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 392 e 683.

²⁶ CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 265.

²⁷ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984. p. 227.

serve como ponto de interseção entre os transeuntes e a ascensional figura homenageada.

Já as figuras que complementam o monumento, em sua parte lateral, à esquerda da estátua principal, encontram-se nuas ou seminuas, tendo em vista as concepções artísticas e estilísticas do escultor, mas também para designar a pureza física, moral, intelectual e espiritual, trazendo ainda a perspectiva do despojamento, em alusão aos enfrentamentos para com os tantos obstáculos que se antepuseram à fixação humana em terras sulinas. As armas presentes na representação estatuária carregam em si o sentido de serem forjadas para lutar contra o inimigo e dominar o outro, além disso, podem servir como um anteparo contra um ataque e como ponto de partida para uma ofensiva, bem de acordo com o ambiente bélico da época da fundação. Elas trazem consigo também a referência a um instrumento de justiça, de defesa e de conquista, materializando a vontade dirigida para um objetivo. Já a figura morta do conjunto estatuário apresenta em si o aspecto perecível e destrutível da existência, indicando aquilo que desaparece na evolução irreversível das coisas. Um dos pontos cruciais da obra escultural era a bandeira, em analogia à nacionalidade, e como símbolo de proteção, concedida ou implorada e, uma vez erguida acima da cabeça, lança um apelo ao céu, cria um elo entre o alto e o baixo, o celeste e o terreno²⁸, aparecendo também o estandarte como signo de vitória e autoafirmação²⁹. O tom glorificador do passado, a heroificação do personagem e o toque de patriotismo,

²⁸ CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 80, 118, 621 e 645.

²⁹ CIRLOT. p. 114.

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

concernentes ao monumento, estavam plenamente a contento com o ideário nacionalista que ganhava cada vez maior relevância na época, e ficaria plenamente coadunado com o espírito reinante da ditadura estadonovista.

O monumento ao ato fundador e, especificamente, em homenagem a José da Silva Paes, passou a ocupar um lugar de destaque na comunidade portuária, em uma de suas praças mais centrais, bem em meio ao centro histórico citadino, de frente para o prédio onde atua o poder público municipal. As atividades oficiais comemorativas ao 19 de fevereiro são realizadas periodicamente em frente ao conjunto estatutário, reavivando a memória social e retomando o olhar heroificado acerca dos tempos pretéritos. As ações do fundador e dos primeiros colonos, rememorando o século XVIII, ficariam assim ao alcance do público em geral, eternizadas em bronze e granito.

A construção iconográfica e estatutária em torno da figura de Silva Paes buscou assim intervir junto à memória social, trazendo a personificação do propalado herói como modelo moralizador para a sociedade. Nesse sentido, o personagem heroicizado teria em seu comportamento os exemplos em que os demais poderiam espelhar-se, compreendendo em si uma finalidade moralista, ao servir para avaliar e dirigir capacidades e condutas. Desse modo, a personalidade considerada heroica aparece como responsável pela indicação dos caminhos da coletividade e dos papéis que são destinados aos demais, distribuindo ensinamentos e pregando pressupostos morais³⁰. Os idealizadores dos

³⁰ MICELI, 1991, p. 10.

atos comemorativos do bicentenário rio-grandino encamparam tais perspectivas ao guindar o fundador ao panteão dos heróis, cujos supostos feitos deveriam ser seguidos como exemplos e ensinamentos de conduta moral pelos coevos e pósteros.

Rio Grande: uma cidade, várias cidades

Jussemar Weiss Gonçalves *

Entramos em Rio Grande, uma cidade cercada por águas, fortes e faróis, uma cidade que surgiu em meio às areias e ao vento, a partir da necessidade do império Português fundar uma base na construção de sua hegemonia na região sul da América, até então domínio espanhol. Uma cidade marcada por referências construídas a partir de vivências e tempos diferentes e divergentes.

Foi no âmbito da construção de memórias, identidades e do fenômeno da naturalização da cultura que pensamos esse texto. Vivemos em cidades, nos movimentamos nelas, mas, é preciso notar, que sempre vivemos em lugares específicos, com limites claros no interior de uma cidade. É neste lugar, bairro, subúrbio, clubes, terreiros que desenvolvemos nossas identidades de habitantes. Às vezes saímos ao amanhecer para trabalhar em outro canto da cidade, outras vezes, permanecemos no mesmo bairro. Vivemos imersos em memórias, identidade e relações de poder que estratificam nossas existências.

* Prof. Dr. Trabalha nos Cursos de graduação em História e no Programa de Pós-graduação em História-ICHI, Universidade Federal do Rio Grande.

Cidades são impregnadas de referências visuais e simbólicas, em grande parte relacionadas à forma como cada indivíduo se relaciona com os aspectos de circulação e convívio no ambiente urbano contemporâneo. A percepção destes referenciais, sua importância e significado diferem conforme contextos individuais ou de grupos, considerando-se que os indivíduos habitam e ocupam os espaços conforme características intrínsecas aos seus hábitos culturais, relações sociais e até mesmo, diferentes formas de deslocamento que podem ser adotadas para o trânsito nas cidades. Em algum lugar deste repertório estarão presentes, em maior ou menor escala, representações imagéticas de lugares, sinais, texturas e demais linguagens da cidade, fragmentos de um contexto visual mais amplo, que não é possível perceber como um todo. São sobras diárias de uma experiência visual cotidiana, que podem ser associadas a resíduos gerados por outras vivências. Sob este olhar, resíduo é memória.

Essas práticas sociais-espaciais serão consideradas o principal atributo de significação do espaço das cidades de acordo com os objetivos deste trabalho, tomando o ponto de vista de quem por elas transita, reside e circula, para os quais adotaremos o nome de circulantes. Desta forma podem ser contemplados, através de um termo em comum, pedestres, motoristas, turistas, moradores, trabalhadores, negros e brancos, habitantes e demais outras denominações possíveis. Também, a partir da contextualização exposta, o espaço de práticas a que nos referimos é – e tão somente é – o espaço público urbano.

Aqui neste espaço o que se quer é anunciar neste trabalho a relação entre espaço e construção de

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

identidade, tomando em análise o ambiente urbano através da relação dos circulantes com os contextos que formam o que chamaremos de lugares identitários (LEFEBVRE, 1991; DUARTE, 2002).

Uma das formas que utilizamos para nos identificar com outros indivíduos é através de alguma referência geográfica. Costumamos nos apresentar como paulistas, gaúchos, cariocas ou baianos, da mesma forma como somos também identificados por nossas profissões: professores, médicos, arquitetos, pedreiros ou motoristas. Cada um destes contextos identitários são múltiplos e complementares, já que, por óbvio, existem médicos gaúchos, professores cariocas e arquitetos baianos. O sotaque, as gírias regionais, os termos técnicos, as vestimentas e uniformes representam, em uma análise inicial, exemplos de códigos e signos que conferem sentido de pertencimento a determinado contexto cultural que, por sua vez, permite aos indivíduos algum grau de identificação com seus pares. Aqui o aspecto territorial (ou espacial, ou geográfico) pode ser compreendido como um dos mais perceptíveis elementos identitários, devido possivelmente à sua caracterização física e também simbólica. Tanto é que, a praticamente todos os cidadãos, é conferido logo ao nascer um documento que registra e sacramenta nossa origem, por assim dizer, territorial. Independentemente da origem dos pais, história pessoal, preferências individuais, gostos e outras características, a certidão de nascimento postula nossa identidade territorial originária. Nacionalidade: brasileiro.

Uma designação como esta, mesmo grafada nos documentos que nos identificam como cidadãos, não é algo que está efetivamente impresso em nossos genes.

No entanto, talvez por ser uma das primeiras identificações que recebemos, junto com nossos nomes (e em alguns casos um time de futebol e um signo do zodíaco), parece ser algo que faz “parte de nossa natureza essencial”, conforme coloca Stuart Hall (2005, p. 47), ao problematizar a questão das culturas nacionais como fontes de identidade cultural:

(...) as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da *ideia* da nação como representada em sua cultura nacional (HALL, 2005, p. 48, grifo do autor).

A chamada cultura nacional pode ser compreendida como a imposição de uma identidade legitimadora, “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”, para usar as palavras de Manuel Castells (2001, p. 23).

Hall (2005) questiona este pertencimento generalizado a uma “grande família nacional”, ou a uma identidade nacional unificadora que anularia e subordinaria as diferenças e idiosincrasias culturais. Para o autor, o contexto contemporâneo da globalização

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

contesta e desloca as identidades fechadas de uma cultura nacional, com um “efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas” (HALL, 2005, p. 87).

Desta forma, temos identidades abertas, múltiplas, formadas e transformadas continuamente, definidas histórica e culturalmente. O que antes era institucionalizado, como a identidade cultural, passou a se tornar aberto e reflexivo, uma “questão individual suscetível de ser retomada infinitamente” (LIPOVETSKY, 2004, p. 95). Nesse sentido, é interessante destacar que essas identidades múltiplas, “posições de sujeito” (HALL, 2005) ou “questões individuais” (LIPOVETSKY, 2004) não se referem – ao menos não apenas – aos papéis que os indivíduos desempenham na sociedade, como pai, irmão, professor ou jogador de futebol. Tomando a assertiva da Castells (2001, p. 22), “identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções”, sendo que aqui se entende significado como “a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator” (CASTELLS, 2001, p. 22).

Para Lipovsky (2004), é nesse mesmo contexto (globalização) que o caos, a incerteza e os excessos do que o autor chama de hipermodernidade levam para uma necessidade por unidade e sentido. Paradoxalmente à globalização, que parece instaurar uma certa homogeneidade, há um concomitante processo de fragmentação cultural, que gera como reação um

sentimento de identidade comunitária, uma busca por segurança e unidade.

Castells (2001) aponta as comunidades locais construídas de forma coletiva e preservadas por uma memória também coletiva, como fontes específicas de identidades. “Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado” (CASTELLS, 2001, p. 84). essa construção de identidade, acontece tendo como pano de fundo o conflito entre mudança e permanência, ou seja, entre o global e o regional, a imposição e a resistência.

Entre o nacional, o global, o local e o híbrido, a contemporaneidade não nos deixa muitos pontos onde seja possível fixar âncoras de identidade ou espalhar nossas migalhas de pão identitário. Se temos a nacionalidade desintegrada pelo global, o território desassociado de sua configuração efetivamente territorial-geográfica e a construção de identidade através de processos híbridos, o espaço que nos resta é aquele em que é possível secretar memórias, (re)encontrar raízes ou construir contextos próprios e híbridos de construção identitária. Este espaço não é geográfico e nem tampouco físico, mas social (LEFEBVRE, 1991) e antropológico, (Marc Augé 2005). Um espaço que cotidianamente chamamos de lugar e que deste mesmo cotidiano tece múltiplos e interconectados processos de identificação. Se antes pertencíamos a uma ideia de nação ou a um determinado contexto cultural, hoje pertencemos aos lugares aos quais nos levam nossos múltiplos e híbridos processos de identificação.

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

O espaço aqui referido deve ser entendido como aquele que secreta significado e pressupõe atribuição de sentido. Deve ser compreendido como mais amplo do que sua delimitação física, que estipula o espaço destinado para determinada construção ou o espaço necessário para percorrer um itinerário. O espaço que aqui nos interessa é o espaço produzido a partir de práticas sociais, ou simplesmente “espaço social”. O espaço aqui compreendido está intrinsecamente atrelado às práticas humanas, como coloca Milton Santos (2006) ao afirmar que o espaço é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39).

Também buscamos desenvolver uma conceituação de espaço que o relacionasse não apenas às interações humanas na constituição e significação do espaço público, mas também com o processo de identificação das pessoas com o ambiente urbano compartilhado com outros circulantes, neste sentido notamos que o espaço pode ser pensado como lugar antropológico.

Os espaços que interessam a este trabalho são essencialmente os lugares inscritos no ambiente urbano e, desta forma, buscamos um entendimento da cidade como um processo de significação constante, em si mesma, a partir dos seus diversos contextos sociais: uma ideia de cidade composta por múltiplos processos de identificação, construídos a partir dos seus lugares e das práticas dos seus circulantes.

Temos nos ambientes urbanos brasileiros uma identidade essencialmente representada por uma

composição, interpenetração, de várias experiências carregadas das práticas de cada etnia que compõem, uma hibridação, em consonância com Garcia Canclini (2001), quando apresenta as hibridações em forma de combinações para gerar novas estruturas, objetos e prática. Com base nesse contexto múltiplo, híbrido e subjetivo, é necessário pensar a questão identitária para os ambientes urbanos considerando a identidade como algo em aberto e sempre em processo, compreendida como verbo e não mais como substantivo.

A partir disso, o lugar torna-se o cerne da busca pelo entendimento dos aspectos aos quais se relaciona esse processo, por ser a “mais instável das porções espaciais” (DUARTE, 2002, p. 99), vivenciado por cada pessoa e ressignificado constantemente, o que o configura também como a porção de espaço mais rica na produção de significados, ações e comportamentos “O lugar, por ser construído através da significação identitária de uma porção de espaço, implica uma multiplicidade qualitativa que, no extremo hipotético, levaria a uma diversidade igual ao número de comunidades culturais” (DUARTE, 2002, p. 161). Mesmo que não seja possível mensurar esta multiplicidade, é possível percebê-la, ao circular pelas cidades, e não apenas observá-las através de mapas e outras representações.

Lugares identitários são também “relacionais e históricos” (AUGÉ, 2005), porque aqui são compreendidas as relações sociais e a história como partes constituintes dos processos de identificação aos quais se relacionam. É nos lugares identitários onde depositamos nossas referências e eles servem como nossa identificação no espaço (DUARTE, 2002), mas não

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

configuram uma posição físico-geográfica e sim uma posição cultural, as práticas de espaço (CERTEAU, 1998) são os instrumentos através dos quais os lugares identitários são construídos, por sobre a fluidez e a multiplicidade dos espaços sociais (LEFEBVRE, 1991). A significação destes lugares identitários é compreendida a partir de processos de codificação e decodificação, que diferem e geram diferentes apreensões de sentido conforme os meios e as relações sociais envolvidas.

E... Rio Grande...

Rio Grande é uma cidade situada no Brasil meridional, na barra da lagoa dos Patos. Trata-se do único porto marítimo do Estado do Rio Grande do Sul. Em uma área, que foi intensamente disputada por Portugal e Espanha, se estabeleceu um povoado na margem direita do canal com a finalidade de garantir a posse do território pelos lusos, no ano de 1737. Tal povoação foi iniciada com a instalação de um forte, configurando-se numa ocupação militar. Foi apenas no século XIX que a pequena vila se transformou num núcleo comercial importante, devido, principalmente, ao estabelecimento de estâncias de produção de charque, a partir de 1780.

Os produtos gerados na pecuária sul-riograndense, que abasteciam o mercado interno brasileiro, passaram a ser comercializados pelo porto de Rio Grande, gerando uma intensa atividade mercantil-marítima, que atraiu empresas comerciais de várias partes do mundo e criou uma dinâmica social relacionada a esse comércio.

A pequena vila de origem portuguesa, de finalidades defensivas, tornou-se uma cidade cosmopolita no fim do século XIX e início do século XX,

com um porto extremamente ativo, cujo encontro de imigrantes de diversas origens com a população local estabeleceu novas formas de relações sociais. O discurso hegemônico da atualidade conta que os portugueses e seus descendentes imaginaram, fundaram e desenvolveram a cidade.

Não é bem assim, fizeram essa obra com a participação, é claro, de elementos de outras origens, tais como: alemães, ingleses, poloneses, negros, entre outros, que produziram, produzem lugares de identidade na cidade, lugares que expressam seus pensamentos e visões de mundo atravessadas pelo poder. Espaços de e da elite como clubes sociais e espaços religiosos tanto ligados ao catolicismo com as religiões pentecostais. Rio grande é a cidade do país que tem número grande de terreiros de umbanda (Neto, 2012). E o que o caracteriza é sua diversidade na interpretação dos ritos afro-brasileiros. Lugares de encontro de brancos e pretos, de reelaboração cultural-mental criando caminhos as vezes subterrâneo no espaço urbano, e que nos mostram uma cidade para além de sua cartografia tradicional. Cidade da indústria têxtil com sua tradição operária e suas greves. Camadas de experiências, vivências que expressam formas específicas de a cidade ser vivida e compartilhada.

Lugares como identidades, cidade como lugar de práticas identitárias que filtram experiências, que movimentam pessoas e costumes, que acionam vontades e desejos. Lugares que vivemos e que conhecemos pessoas, que trabalhamos, amamos e por fim morremos. E morremos conforme o lugar identitário que ocupamos.

Do espaço ao lugar, o caminho que percorremos é pautado por um processo de identificação, ou de

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

construção de identidade. O lugar representa um ponto em que conectamos nossas identidades, ou seja, uma referência às práticas sociais que nos formam enquanto indivíduos e como coletividade. As cidades podem representar estes lugares, ao mesmo tempo em que também podem contê-los. A cidade só existe como lugar identitário na forma como é significada por quem a vive, independentemente da sua forma e seus limites físicos. O lugar é cultural, por isso transcende os limites do urbanismo e adquire uma qualificação simbólica, terreiros de umbanda, clubes sociais, sindicatos, bairro operário. A Biblioteca Rio-Grandense é um lugar de identidade, já que se constitui com um espaço envolvendo pessoas, experiência e desejos comuns. Na cidade, multiplicidade de sentidos são inscritos e lidos em cada lugar. Múltiplos processos de identificação se constroem a partir dos seus lugares e das práticas dos seus circulantes.

Rio Grande... outros Rio Grande... Em qual você vive?

Bibliografia:

AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobre modernidade. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: 90º, 2005.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: _____. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2; O poder da identidade. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 21-84.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUARTE, Fábio. Rastros de um rio urbano - cidade comunicada, cidade percebida. *Ambiente & Sociedade*, v. IX, n. jul/dez, p. 105-122, 2006.

GARCIA CANCLINI, Néstor. As culturas híbridas em tempos de globalização. In: _____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 2001. p. XVII-XLIII.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva et. al. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LEFEBVRE, Henri. Social Space. In: _____. *The Production of Space*. Tradução para o inglês por Donald Nicholson-Smith. Massachusetts: Blackwell, 1991, p. 68-168.

LIPOVETSKY, Gilles. Os tempos hipermodernos. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

NETO, EDGAR BARBOSA. A Máquina do Mundo: variações sobre o politeísmo em coletivos afro-brasileiros. Rio de Janeiro, Museu Nacional, UFRJ, 2012.

RAMOS, Eloisa helena Capovila. Cidades e Sociabilidades. IN: *Império*, Coordenação geral: Nelson Boeira e Tau Golin. Direção do volume: Helga Píccolo e

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Maria Padoin. V. 2. Passo Fundo, Méritos, p.423-444. 2006.

TORRES, Luiz Henrique. Cronologia básica da história da cidade do rio grande (1737-1947) , BIBLOS: v. 22 n. 2 (2008).

TORRES, Luiz Henrique. A cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra , BIBLOS: v. 22 n. 1 (2008)

O contexto político-trabalhista na primeira metade do século XX em Rio Grande e o massacre da Linha do Parque

Lênin Pereira Landgraf^{*}

O contexto nacional

A pretensão de elaborar, em poucos parágrafos, um resumo geral do contexto nacional durante o período trabalhado certamente é elevada, contudo faz-se fundamental para o entendimento dos acontecimentos em Rio Grande.

Dessa forma, pontua-se desde já que o processo de formação da classe trabalhadora brasileira tem seu início ainda no período da escravidão, sendo necessário entender esse desenvolvimento com o conjunto de trabalhadores livres e escravizados e as suas trocas de experiências. Marcelo Badaró Matos (2009) em sua obra “Trabalhadores e sindicatos no Brasil” refuta a ideia de que o processo de formação da classe trabalhadora tenha começado somente com a chegada dos imigrantes europeus ao Brasil. O autor afirma que:

^{*} Licenciado (2019) e Mestre (2021) em História. leninplandgraf@hotmail.com.

Os valores, discursos e referências culturais que articulam tal consciência [de classe], entretanto, não surgem do nada. Desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classes anteriores. Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classes – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores[...] (MATOS, 2009, p. 16/17)

Os trabalhadores livres e escravizados conviviam e compartilhavam diversos de seus hábitos, “[...] além de compartilharem espaços e experiências de trabalho, escravizados e livres acabavam por compartilhar formas de luta”, entre elas, a greve. (MATOS, 2009, p. 29) Para além disso, em diversas ocasiões, os trabalhadores livres se organizaram contra a escravidão, inclusive comprando alforrias para os trabalhadores escravizados. (MATOS, 2009, p. 19/20) Ainda nesse sentido:

Podemos entender [...] que os abolicionistas do Parlamento e das campanhas na imprensa foram os “figurantes” de uma luta pela liberdade que teve como protagonistas os próprios trabalhadores escravizados, mas apoiados por trabalhadores livres que se opunham à escravidão.

Com o fim da escravidão e a chegada do século XX, o foco da luta de classes no Brasil mudou, agora entre trabalhadores e patrões, não mais girando em

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

torno da escravidão. A alta do custo de vida e as jornadas desumanas de trabalho foram fatores extremamente presentes no dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras. No início do século XX “Trabalhava-se muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal. As descrições dos locais de moradia dos trabalhadores no início do século conduzem-nos a realidades miseráveis, insalubres e superpovoadas.” (MATOS, 2009, p. 43) Os trabalhadores precisavam, então, de formas de luta para sobreviver, buscar direitos e reivindicar um espaço, de fato, na sociedade. Durante a República Velha existiram partidos operários, porém com pouco alcance e tempo de existência, somado a isso, a participação político-eleitoral dos trabalhadores era praticamente nula, afinal, analfabetos, mulheres e menores de 21 anos não possuíam o direito a voto naquele período. Coube então aos sindicatos preencher essa lacuna, representando os trabalhadores e construindo uma identidade de classe. Para Marcelo Badaró Matos:

Talvez a manifestação política mais organizada dos trabalhadores no período partisse justamente dos sindicatos, que, embora não se constituíssem em instrumentos de intervenção eleitoral, eram os porta-vozes mais nítidos das propostas de mobilização, reivindicação e transformação social. Nada mais eminentemente político que a prática sindical.

O surgimento dessas primeiras organizações sindicais foi palco de disputa entre diversas correntes, entretanto foram os sindicalistas revolucionários,

conhecidos mais tarde como anarco-sindicalistas, que passaram a liderar o movimento sindical brasileiro na sua primeira fase. Os sindicalistas revolucionários tinham como prática a ação direta, representada principalmente pelo instrumento da greve. Apostavam firme também nos jornais e palestras como forma de mobilizar os operários, condenando as práticas das escolas tradicionais e da Igreja. (MATOS, 2009, p. 48/49) Entretanto, “A conjuntura do início dos anos de 1920 marcaria o declínio anarquista. Para isso, foi decisiva a repressão do Estado, fechando entidades e jornais de trabalhadores; prendendo e exilando lideranças e investindo na propaganda anti-sindicato.” (MATOS, 2009, p. 49) Para além disso, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, os anarquistas passaram a enfrentar oposições comunistas em suas bases sindicais. Os comunistas apostavam nos sindicatos como forma de aglutinar forças e propagandear seus ideais para os trabalhadores. Já no final da década de 1920 os comunistas alcançaram ampla maioria nas direções dos principais sindicatos brasileiros, fundando em 1929 a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB).

O contexto político-trabalhista na primeira metade do século XX em Rio Grande

Rio Grande, fundada em 1737, não estava excluída do que acontecia no restante do país. Pelo contrário, com sua forte industrialização e a presença de porto marítimo, viu-se por lá uma pulsante luta de classes, onde milhares de operários e operárias punham-

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

se em movimento para conquista de direitos. O instrumento da greve foi amplamente adotado pelos trabalhadores gaúchos, Silvia Petersen (2001) traz um levantamento em sua obra “Que a União Operária Seja Nossa Pátria”, de mais de 20 greves registradas em todo estado entre 1890 e 1901. Já em 1902 é fundada a União Operária Internacional, em Porto Alegre, sob influência anarquista. (PETERSEN, 2001, p. 140/146/147) E em 1906 a primeira grande greve geral do estado é registrada. O movimento teve início com trabalhadores marmoristas de Porto Alegre, eles reivindicavam uma jornada de oito horas de trabalho e pediram apoio a outras categorias. Apoio esse que surgiu rapidamente, milhares de trabalhadores de diversas categorias juntaram-se ao movimento. A greve durou vinte e um dias e culminou em um acordo entre funcionários e patrões pela jornada de oito horas. (PETERSEN, 2001, p. 194/195) Resulta dessa greve ainda a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), em meio ao movimento um grupo de trabalhadores, representando diversas entidades de classe, reuniram-se e decidiram por funda-la com intuito de agregar as dispersas organizações dos trabalhadores porto-alegrenses, almejando, ainda, estender a organização por todo o estado. A FORGS foi responsável por comandar diversas lutas nas décadas seguintes.

Já entre o final do século XIX e início do século XX a cidade contava com um polo industrial fortíssimo, com mais de cinquenta fábricas, e cerca de dez mil operários, uma massa significativa em comparação as outras grandes cidades do estado. Além da forte industrialização, a presença do único porto marítimo do Rio Grande do Sul ajuda a explicar a presença

significativa de operários na cidade. (LONER, 2001, p. 22) A guinada da cidade em direção ao crescimento comercial e populacional tem início em 1822, contando até então com uma população de apenas três mil pessoas. Com o crescimento das movimentações no Porto, os comerciantes locais obtiveram altos lucros, acumulando grandes quantias de dinheiro que viriam a ser importantes para a industrialização da cidade: “O capital comercial representou a base para acúmulo de capital e consequentemente desenvolvimento industrial da cidade do Rio Grande” (MARTINS, 2006, p. 78) Sandra Pesavento (1985) vai ao encontro de Solismar Martins e afirma que:

Tem-se, portanto, como dado básico para a compreensão da origem do processo de industrialização, no Rio Grande do Sul, a onipresença do capital comercial. O que variou, contudo, foi a forma pela qual este capital-dinheiro acumulado no comércio transformou-se em capital-indústria. Em alguns casos, a indústria já nasceu pronta, ou seja, o comerciante aplicou o seu capital na montagem de uma empresa que já surgiu como indústria propriamente dita, em um estágio que se denominaria “fabril-manufatureiro” [...] (PESAVENTO, 1985, p. 30)

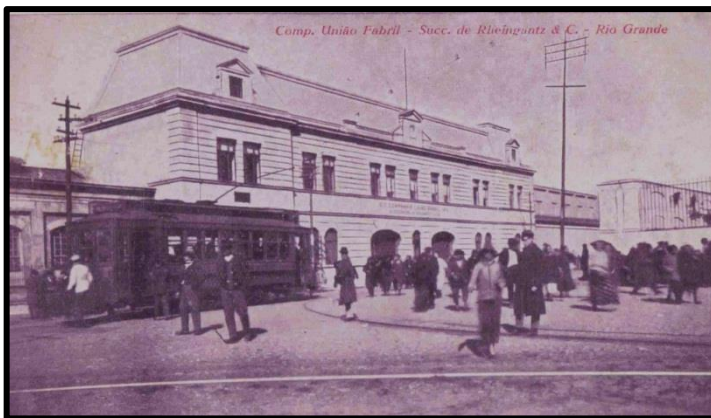
Com o acúmulo de capital comercial e a facilidade de acesso pelo porto, Rio Grande teve sua indústria desenvolvida de forma semelhante ao que acontecia a nível nacional, através de empresas fabris, que produziam bens não duráveis, com ênfase na indústria têxtil. E foi justamente através de uma indústria têxtil que Rio Grande começou seu processo de

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

industrialização, a Companhia União Fabril (sucessora da Rheingantz e Cia) foi fundada em 1873, como indústria têxtil. (MARTINS, 2006, p. 101) A sua fundação é fundamental para o crescimento da cidade, inclusive com instalação de novos loteamentos próximos a fábrica, buscando aproximar os trabalhadores do local de trabalho. Já em 1910, a Rheingantz atingiu o número de mil e duzentos trabalhadores, a fábrica contava com um quadro razoável de funcionários estrangeiros, tendo os primeiros capatazes vindo da Alemanha, juntamente com o maquinário. Entretanto, a maior parte dos operários eram brasileiros, destaca-se também a presença das trabalhadoras, que eram maioria no quadro de funcionários e também o significativo número de menores que lá trabalhavam. (MARTINS, 2006, p. 107).



Fábrica de Charutos Poock – Acervo Biblioteca Rio-Grandense



**Cia União Fabril – Acervo Fototeca Municipal Ricardo
Giovannini**

Aliás, é importante destacar que a presença de crianças nas fábricas rio-grandinas de fato era uma constante. Segundo Eliana Xerri (1996), “As crianças eram, muitas vezes, recrutadas junto a orfanatos e casas de caridade e em algumas situações exerciam suas funções de forma gratuita em troca de alimentação.” (XERRI, 1996, p. 92). O complexo industrial dispunha ainda de casas, com preços abaixo do mercado, para seus trabalhadores, creche e escola para os funcionários e seus filhos. Tais concessões, embora pareçam inocentes, tinham como objetivo afastar o quadro de funcionários dos movimentos e sindicatos de esquerda, medida que, como será visto mais a frente, não obteve sucesso total. A lógica para os donos das fábricas era a de que se seus funcionários tivessem o mínimo possível cedido pela empresa, não precisariam recorrer ao sindicato para acesso a saúde, educação, moradia etc.

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

As supostas benesses concedidas, na verdade, vinham acompanhadas da mais alta exploração. O cenário rio-grandino refletia o processo do desenvolvimento capitalista: grandes e exaustivas jornadas de trabalho, locais insalubres e baixos salários. Com essa realidade, os trabalhadores locais também buscaram se organizar para lutar por mais direitos, no início do século XX, os socialistas e anarquistas tiveram uma maior atuação e melhor aceitação entre os operários rio-grandinos. (XERRI, 1996, p. 92). Ainda sobre a inserção no movimento operário, “Em Rio Grande a atuação comunista se fez sentir muito tardiamente, em relação a Pelotas e Porto Alegre, ocorrendo a organização da Federação do Trabalho apenas no mês de outubro de 1929” (LONER, 2001, p. 29).

Com este cenário, após o fracasso prematuro de duas organizações dos trabalhadores em Rio Grande, a Liga Operária (1892) e o Centro Operário (1893), cria-se a Sociedade União Operária (SUO). A nova entidade representativa dos trabalhadores nasceu sob a presidência de Jacob Perez, carpinteiro. A SUO tornou-se rapidamente a principal entidade dos trabalhadores rio-grandinos ao longo de toda primeira metade do século XX, sendo fechada em definitivo somente em 1964 com o golpe civil-militar.

Foi um importante local de encontro e mobilização dos trabalhadores, apostava, além da questão de representatividade de classe, na educação, tendo os filhos dos seus sócios um espaço educacional e cultural a disposição.



Evento na Sociedade União Operária. Rede social, autor desconhecido.

Na foto acima pode-se notar o grande acompanhamento que os eventos da SUO contavam. Além disso, é possível identificar a presença de pessoas brancas e negras, o que não era comum em diversos clubes da cidade naquele período, bem como a vestimenta tradicional dos trabalhadores da época. O sucesso da SUO, que congregava diversas categorias de trabalhadores, funcionando como federação, não foi alcançado por entidades de categorias inicialmente:

[...] sujeitas a revezes diversos, devido a repressão, falta de mobilização ou enfraquecimento do grupo fundador. Estas eram continuamente criadas e recriadas, embora tenham se tornado mais numerosas nas décadas de 10 e 20 do século XX. De fato, até o final do século XIX, poucas foram as entidades de

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

categorias surgidas, destacando-se apenas duas associações de tipógrafos. (LONER, 2001, p. 24).

A União Operária participou ativamente nas mobilizações dos trabalhadores, tendo apoiando:

[...] várias greves e mobilizações de trabalhadores durante o final do século XIX e nos primeiros anos deste século. Mesmo com a retração de sua atividade sindical, nas primeiras duas décadas da centúria, esta associação continuou prestando relevantes serviços aos trabalhadores. [...] A referida entidade também esteve presente nas campanhas pela efetivação da jornada de trabalho de 8 horas e na luta contra a elevação dos preços dos produtos necessários à manutenção da vida das camadas populares. (SILVEIRA, 1999, p. 63).



Sede da Sociedade União Operária - Rede social, autor desconhecido.

Já em 1911 os trabalhadores da construção civil de Rio Grande apontavam que os próximos anos seriam de disputa intensa entre as classes, nesse ano os operários conquistaram, através de greve, uma jornada de oito horas de trabalho diária. Em 1918, trabalhadores insatisfeitos com decisões da SUO, criam a União Geral dos Trabalhadores (UGT), mais tarde, em 1920, chamada de Federação Operária de Rio Grande, com vertente anarquista, visando preencher os espaços de luta deixados de lado, naquele momento, pela SUO. A UGT, que passou a liderar as mobilizações dos trabalhadores no período, teve sua sede invadida em 1922, tendo sido presas e espancadas diversas pessoas que ali se encontravam. Grande parte dos militantes tiveram que deixar a cidade, desarticulando a organização, que só viria a ressurgir em 1925, dessa vez com sede na SUO. Mesmo com seu retorno, a entidade não obteve mais tamanha importância como no passado.

Outra grande demonstração de força e organização da classe operária rio-grandina deu-se em 1918, quando, em outubro, os trabalhadores da Companhia Francesa do Porto do Rio Grande, empresa responsável pela construção e administração do porto da cidade, entraram em greve. As reivindicações giravam em torno da diminuição da carga horária de trabalho, de dez para oito horas e do aumento salarial em 25%. Nesse sentido, é importante destacar que os movimentos grevistas na cidade de Rio Grande sempre foram a principal forma de luta para os trabalhadores, mas com um ritmo diferente do habitual:

As greves em Rio Grande por vezes seguiam uma dinâmica própria, diferente das demais cidades

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

gaúchas. Sendo a quantidade de trabalhadores maior e mais concentrada em relação ao tamanho da cidade, isso funcionou como um fator extra, tanto para auxiliar a mobilização, quanto para acentuar o temor das autoridades e dos patrões, com relação a sua atuação. (LONER, 2001, p. 30).

Outra questão a ser levantada é a de que, no ano anterior, Pelotas e Porto Alegre passaram por grandes greves gerais, movimento esse que não chegou a Rio Grande. Segundo Beatriz Loner (2001), isso se deu pela fragilidade de mobilização naquele momento na cidade, entretanto quando finalmente o movimento grevista tem início em Rio Grande “[...] demonstrou maior radicalidade do que nas outras cidades gaúchas, bem como teve maior grau de repressão.” (LONER, 2001, p. 36). A greve iniciada no porto obteve rapidamente apoio e adesão de outras categorias fundamentais para a cidade: os trabalhadores dos bondes elétricos e os trabalhadores da usina elétrica, que abastecia a cidade. Dois dias após o início do movimento, com adesão quase que total por todos trabalhadores da cidade, os órgãos policiais, apoiados com reforços de cidades vizinhas, invadiram uma reunião que aconteceria na SUO, mais tarde acabaram prendendo dois líderes do movimento, sendo eles Florentino Lima de Barros e Arthur Espírito Santo. Nos dias seguintes, os grevistas fizeram circular na cidade dois panfletos com suas reivindicações e solicitando apoio da população. No sétimo dia de mobilização, com a soltura dos dois trabalhadores presos, o pagamento de todos os salários, mesmo durante o período de greve, e o acordo de aumento gradativo nos salários, terminava, de forma vitoriosa, a

primeira grande greve da classe trabalhadora em Rio Grande. (XERRI, 1996, p. 97/98/99).

Chama a atenção, que no dia 19 de outubro, apenas alguns dias após o fim da greve, foi fundado o sindicato dos padeiros, influenciados pelo movimento anterior, tal fato aponta o reflexo que a vitória dos trabalhadores, organizados em uma entidade sindical, gerou sobre o restante dos trabalhadores locais. O sindicato dos padeiros acabou fechado pelas forças repressivas em 1928, após uma greve da categoria. (LONER, 2001, p. 29).

Já em 1919, outro grande movimento teve início na cidade. Novamente iniciado pelos trabalhadores da Companhia Francesa do Porto do Rio Grande, o motivo, dessa vez, girava em torno do transporte dos funcionários para a empresa. Até então, os trabalhadores eram transportados por bondes, serviço que era cobrado. Alegando falta de bondes para suprir o grande número de pessoas, a Companhia Francesa passou a adotar o uso de um trem, sem cobertura, o que fazia os trabalhadores sofrerem com as fortes chuvas e o rigoroso frio da cidade portuária. Com apoio da UGT, foi declarada greve, acrescentando reivindicação por diminuição de horas trabalhadas e manutenção dos salários. O que chama a atenção nessa greve é a capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores, principalmente através da UGT, que centralizava todas mobilizações dos operários naquela ocasião. O programa construído para a greve reflete o amadurecimento da organização:

1º a greve será dirigida por um comitê central que identificará e intensificará a mesma; 2º o comitê tratará da jornada de oito horas de trabalho sem

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

diminuição dos salários atuais; 3º o horário para todos os trabalhadores em greve será o seguinte: das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30; 4º toda a vez que os patrões necessitarem que os operários trabalhem mais de 8 horas, pagarão 50% de extraordinário; 5º todos os trabalhadores que antecederem das 7:30 e se excederem das 17:30, serão considerados com direitos a vencimentos extraordinários; 6º a União Geral dos Trabalhadores nomeará delegados em todas as sessões que julgar conveniente a fim de fiscalizar as condições acima prescritas; 7º a greve só poderá se solucionada mediante a negociações entabuladas, pessoalmente ou por escritas, com o comitê central da União Geral dos Trabalhadores. (Echo do Sul, Rio Grande, O Tempo, maio de 1919, Apud XERRI, 1996, p. 103).

A da UGT passou a ser o centro das atenções durante os dias de greve, reunindo grande número de pessoas, mostrando, assim, a importância daquele local para a identificação dos trabalhadores enquanto classe. Outro reflexo da aprendizagem fica evidente quando a UGT solicita que os trabalhadores da usina elétrica permaneçam suas atividades, com a intenção de não prejudicar a população, o que levaria a perda de apoio. Como no movimento anterior, rapidamente diversas categorias aderiram à greve³¹. Durante o andamento da mobilização diversas foram as ações de repressão, como agressão a grevistas que faziam piquete em frente a

³¹ Entre as categorias que aderiram a greve estavam: estivadores, operários de mecânicas, operários de fábricas de tecelagem, trabalhadores das Fábricas Leal Santos e Poock e trabalhadores da Viação Férrea. (LONER, 2001, p. 38).

fábricas. Entretanto, o principal fato repressivo a essa greve se deu no dia 08 de maio, quando uma passeata saiu da sede da UGT, reunindo cerca de três mil trabalhadores, com a presença de muitas mulheres e crianças, em direção à Praça General Teles. Quando a massa grevista passava pela Praça Tamandaré, a polícia ordenou a dispersão da manifestação, gerando conflito e confusão generalizada, levando as milhares de pessoas a correr e procurar abrigo onde fosse possível. (XERRI, 1996, p. 105).

Após a confusão, causada pela polícia, alguns trabalhadores se reuniram na sede da UGT. Não obstante com os acontecidos anteriores, as forças policiais se dirigiram ao local, onde, novamente, deu-se o confronto. O resultado foi de um morto, o pedreiro Delfim José de Castro, que, segundo os jornais, apenas passava pelo local, e inúmeros operários feridos. A sede da UGT foi fechada por militares, atitude que se estendeu a grande maioria das organizações sindicais na cidade. (XERRI, 1996, p. 107). Tais acontecimentos se assemelham com os que serão relatados no próximo capítulo sobre o Massacre da Linha do Parque, evidenciando uma conduta repressiva, mesmo que 30 anos antes.

Tão tradicional quanto o movimento operário rio-grandino, também é a repressão a tal movimento por parte dos governos e forças policiais. Outro fator indicativo sobre a repressão aos sindicatos na cidade é a presença ostensiva da polícia nas áreas de atuação dos trabalhadores, segundo Beatriz Loner (2001) “Para prevenir-se, a polícia sempre esteve muito presente nas zonas da cidade por onde transitava o operariado, nas

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

vilas, no porto e perto das fábricas” (LONER, 2001, p. 30).

A tensão na população após os dois embates foi enorme, o efetivo policial chegou a noventa soldados e um navio de guerra da Marinha aportou na cidade. As autoridades locais buscavam intimidar as pessoas para não apoiar os grevistas:

AVISO AO POVO! As autoridades civis e militares hoje reunidas, resolveram pedir e como pedem às pessoas pacíficas e bem intencionadas, se absterem de tomar parte em manifestações externas de qualquer natureza, visto que, cumprindo determinações superiores, não permitirão de forma alguma, a menor alteração da ordem pública, bem como qualquer coação à liberdade de trabalho. Perfeitamente aparelhadas para a manutenção da ordem e na garantia da lei, as autoridades confiam na índole ordeira da população." (Echo do Sul, 12/5/1919 Apud XERRI, 1996, p. 108).

Duas semanas após o início da mobilização, as categorias voltaram pouco a pouco ao trabalho, com alguns avanços conquistados, tendo a sede da UGT sido reaberta.

Viu-se, então, um agitado contexto político-trabalhista em Rio Grande naquele período, com a forte presença sindical e as consequentes greves gerais organizadas pelos trabalhadores. A cidade, naquele período, pulsava de forma intensa a luta de classes.

O Massacre da Linha do Parque

Em 1950, Rio Grande, embora ainda recheada de trabalhadores, já enfrentava uma nova realidade social. Apesar disso, a repressão continuava no mesmo patamar ou até maior. Aqui, o leitor terá um resumo dos fatos daquele dia. Aconselha-se a quem quiser maiores informações a ler a obra “Confronto no Primeiro de Maio de 1950 em Rio Grande – O Massacre da Linha do Parque e a Disputa pela Memória”, de 2022.

O Massacre da Linha do Parque³², foi marcante para a história rio-grandina, um dos eventos mais memoráveis do século XX na cidade, sendo lembrado até os dias de hoje. Exemplo disso é um trecho do relatório final de parte das investigações que afirma que “O caso em tela representa um verdadeiro abalo às estruturas sociais de Rio Grande, assumindo as proporções inusitadas de uma catástrofe sem precedentes na pacata vida cidadina[...]” (Rio Grande do Sul. Secretaria da Justiça. Processo crime contra Antônio Rechia, et al. – 1951, p. 97).

No primeiro de maio de 1950 diversas entidades sindicais reuniram-se para compor uma festa em homenagem ao Dia do Trabalhador e reclamar a reabertura da Sociedade União Operária que, naquele momento, encontrava-se fechada por ordem do Presidente da República o General Dutra. Segundo ele e seu governo, a SUO era um centro de comunistas que visava controlar os trabalhadores.

³² Linha do Parque era o nome atribuído a uma das linhas de bonde da cidade.

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

Inicialmente é preciso dizer que a escolha da localização, o Parque Rio-Grandense a época, Parque do Trabalhador hoje, se deu por alguns fatores previamente estudados pelos organizadores. Lá, além de um campo amplo para a realização da festa, bem como de fácil acesso devido a presença de uma linha de bondes bem em frente e, o mais importante: encontrava-se distante das delegacias e centros de repressão policial.

Ao longo do evento milhares de pessoas compareceram, participando do churrasco, danças e brincadeiras. A partir das 15h iniciaram-se os discursos políticos e, logo após, uma caminhada em direção ao centro da cidade. Na altura do estádio do clube General Osório, hoje as Capelas da Santa Casa, os manifestantes foram interceptados por policiais que exigiram o fim do protesto.

Após alguns minutos de discussão um tiro foi disparado e, a partir daí, um tiroteio de lado a lado começou. O resultado do massacre foi de quatro mortos do lado dos manifestantes e um morto do lado policial. São eles: Angelina Gonçalves, tecelã, atrelada ao PCB, que carregava a bandeira nacional e era acompanhada por sua filha, morta com três tiros. Euclides Pinto, construtor civil, tido como um dos organizadores do evento, também ligado ao PCB, que estava acompanhado da esposa e filhas, morto com um tiro. Oswaldino Corrêa, ferroviário, não obtendo-se maiores informações, Honório Alves Couto, portuário, também sem maiores informações, e Francisco Reis, soldado da Brigada Militar, que acompanhava os policiais para conter a manifestação, morto com um tiro.

O inquérito policial instaurado culminou em um processo crime, aberto em onze de janeiro de 1951, tendo

como autora a Justiça Pública (Ministério Público do Rio Grande do Sul) e como réus as seguintes pessoas: Antonio Rechia, Amabilio dos Santos Menezes, Avelino dos Santos Martins (tido como foragido), Oswaldo Borges Avila e Rufino Aires Machado, todos esses manifestantes no dia primeiro de maio de 1950 e reconhecidamente comunistas. Foram ainda indiciados os policiais presentes, Gonçalo Curio de Carvalho, Rui Sant'Anna, Nilo Nunes, Ewaldo Vaughan Miranda (delegado), Carlos Calvete, Sadi Lahorgue Pinto e José Aramoler de Almeida. Ao longo de todo o processo a narrativa dos promotores visava incriminar os manifestantes e inocentar os policiais. Ninguém foi punido pelos crimes cometidos.

Referências

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia* (orgs.). Rio de Janeiro, Campus, 1997.

LANDGRAF, Lênin Pereira. *O 1º de maio de 1950 em Rio Grande*. In: Silva, Thiago Cedrez da; Gandra, Edgar Avila; Simões, Elvis Silveira. (Org.). *História do Brasil em Tela: Múltipla Abordagens Historiográficas*. 1ed. Porto Alegre: Casa das Letras, 2020, v. 1, p. 1-342.

SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA NA CIDADE DO RIO GRANDE

. *A História Social e o Massacre da Linha do Parque*. *Ofícios de Clio*, v. 05, p. 01-493, 2020.

LONER, Beatriz Ana. O movimento operário na cidade de Rio Grande na República Velha. In: ALVES, Francisco das Neves. *O mundo do trabalho na cidade de Rio Grande*, Rio Grande, FURG, 2001.

MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873 - 1990)*. Editora da Furg. Rio Grande, 2006.

MATOS, Marcelo B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja nossa pátria: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 2001.

SAN SEGUNDO, Mário. *Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952*. Porto Alegre: 2009.

SAN SEGUNDO, Mário. *Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Apontamentos Iniciais (Rio Grande 1949, 1950, 1952)*. In: *História em Revista: Publicação do Núcleo de Documentação Histórica*. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. V.14. Pelotas, 2008.

XERRI, Eliana Gasparini. *Uma incursão às fontes sobre o movimento operário de Rio Grande no início do século XX*.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)

Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXII, n. 2, p. 91-110, dezembro 1996.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



9 786553 060081

ISBN: 978-65-5306-008-1